



**O relato social na estratégia empresarial: estudo de seis empresas  
cotadas em bolsa no período de 2013 a 2017**

**João Miguel Alegrio Louro**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado em Contabilidade e Finanças**

**Porto – 2018**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**O relato social na estratégia empresarial: estudo de seis empresas  
cotadas em bolsa no período de 2013 a 2017**

**João Miguel Alegrio Louro**

**Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto  
para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação  
do Professor Doutor Rui Bertuzi Silva**

**Porto – 2018**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

## RESUMO

O tema da responsabilidade social das organizações permanece atual, apesar do intenso debate que há muito tem vindo a suscitar.

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender de que forma algumas empresas portuguesas cotadas em bolsa (Altri, EDP, GALP, Martifer, Mota-Engil e REN) têm incorporado a responsabilidade social na sua estratégia e analisar o modo como divulgaram a sua prestação nas vertentes social e ambiental no período entre 2013 e 2017.

Através da revisão da literatura, abordaram-se temas associados à responsabilidade social e ambiental das organizações.

Utilizou-se a metodologia qualitativa, sendo o principal instrumento a análise de conteúdo documental.

A análise efetuada à informação divulgada voluntariamente pelas empresas no período em estudo permitiu verificar que algumas empresas investiram mais do que outras na prestação social e ambiental. O estudo revela também que a informação divulgada pelas empresas mais familiarizadas com referenciais internacionalmente reconhecidos apresenta um grau de profundidade mais elevado e, no que diz respeito ao envolvimento de *stakeholders*, os seus relatórios são elaborados com base nos princípios da inclusão, relevância e responsabilidade. Os exemplos de ações desenvolvidas refletem, porém, a preocupação com o desenvolvimento dos capitais humano, social e relacional, intelectual e natural.

**Palavras chave:** Responsabilidade Social, *Corporate Governance*, Relatório de Sustentabilidade, GRI

## ABSTRACT

The theme of *Corporate Social Responsibility* remains a key theme, despite the long debate around it.

The present dissertation aims to understand how some Portuguese listed companies (Altri, EDP, GALP, Martifer, Mota-Engil e REN) have incorporated CSR in their strategy and to analyse the way how information on social and environmental performance has been disclosed during the period between 2013 and 2017.

Through the literature review, some issues related to social and environmental responsibility were addressed.

The methodology used was based on a qualitative approach and document analysis was the main methodological tool.

The analysis of the information disclosed on a voluntary basis by the companies during the period of study reveals that some organizations have invested more than others on their social and environmental performance. The results also reveal that the information disclosed by the companies familiar with the internationally recognized referential frameworks denote a greater depth and, in what concerns the stakeholder involvement, their report is based on the principles of inclusion, relevance and responsibility. However, the examples of activities developed reflect the concern with the development of human, social and relational, intellectual and natural capitals.

**Key words:** Social Responsibility, Corporate Governance, Sustainability Reporting, GRI;

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu irmão, à minha avó, ao meu padrasto, pelo apoio e carinho, e, em particular, à minha mãe, por estar sempre presente e me fazer acreditar em mim mesmo. Sem eles, não teria chegado aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

O primeiro agradecimento é para o meu orientador, Professor Doutor Rui Bertuzi Silva, por se ter disponibilizado de imediato a orientar esta dissertação e me ter motivado a avançar.

À Professora Doutora Ana Maria Bandeira, Diretora do Mestrado em Contabilidade e Finanças e minha Professora, também o meu agradecimento, pela compreensão que demonstrou em relação às minhas hesitações e pela aprendizagem que me proporcionou.

Aos Professores e colegas, pelo contributo dado para o meu desenvolvimento pessoal.

## **LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS**

**APEE** – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

**APS** – *Accountability Principles Standard*

**BCSD** – *Business Council for Sustainable Development*

**CCE** – Comissão das Comunidades Europeias

**CDP** – *Carbon Disclosure Project*

**CE** – Comissão Europeia

**CG-** *Corporate Governance*

**CLC** – Certificação Legal das Contas

**CMVM** – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

**CNC** – Comissão de Normalização Contabilística

**CSR** – *Corporate Social Responsibility*

**DC** – Diretriz Contabilística

**DH** – Direitos Humanos

**DJSI** – *Dow Jones Sustainability Index*

**ESG** – *Environmental Social Governance*

**ESNL** – Entidade de Setor Não Lucrativo

**GC** – *Global Compact*

**GEE** – Gases de Efeito Estufa

**GRI** – *Global Reporting Initiative*

**HSBC** – *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation*

**IAS** - *International Accounting Standards*

**IASB** – *International Accounting Standards Board*

**IASC** – *International Accounting Standards Committee*

**IFRS** – *International Financial Reporting Standards*

**IIRC-** *International Integrated Reporting Council*

**IPCG** – Instituto Português de *Corporate Governance*

**ISEA** - *Institute of Social and Ethical Accountability*

**ISO** - *International Organization for Standardization*

**IUCN** – *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*

**NCRF** – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

**NIRF** – Normas Internacionais de Relato Financeiro

**NGO** – *Non-governmental Organizations*

**NP** – Norma Portuguesa

**NYSE** – *New York Stock Exchange*

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**ONG** – Organização Não Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PL** – Práticas Laborais

**PME** – Pequenas e Médias Empresas

**PSI** – *Portuguese Stock Index*

**RC** – Relatório e Contas

**RI** – Relatório Integrado

**RS** – Responsabilidade Social

**RSC** - Responsabilidade Social Corporativa

**RSE** - Responsabilidade Social Empresarial

**RSO** - Responsabilidade Social das Organizações

**RSt** – Relatório de Sustentabilidade

**SASB** – *Sustainability Accounting Standards Board*

**SES** – *Stakeholder Engagement Standard*

**SNC** – Sistema de Normalização Contabilística

**UE** – União Europeia

**UN** – *United Nations*



# **ÍNDICE GERAL**

ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE DE APÊNDICES

INTRODUÇÃO .....	1
Capítulo I – REVISÃO DA LITERATURA.....	4
1. Enquadramento.....	5
2. Responsabilidade Social .....	6
2.1. Conceito de Responsabilidade Social Empresarial .....	6
2.2. Regulamentação.....	11
2.2.1 Norma ISO 26000 .....	11
2.2.2 NCRF Nº 26 .....	13
3. Corporate Governance .....	15
3.1. Ética .....	18
3.1.1. Códigos de Ética .....	21
4. Economia Circular .....	23
5. Divulgação da Responsabilidade Social.....	26
5.1. Relato Tradicional e Relato de Sustentabilidade .....	26
5.2. Relato Integrado.....	30
6. Referenciais de Responsabilidade Social e <i>Corporate Governance</i> .....	34
6.1. GRI .....	34
6.2. Global Compact .....	37
6.3. AA 1000 APS (2008).....	38
Capítulo II – METODOLOGIA .....	39
1. Introdução .....	40
2. Objetivo geral e objetivos específicos do estudo.....	40
3. Questões de investigação .....	40
4. Tipo de estudo.....	41
5. Definição da amostra .....	44
Capítulo III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	45
1. Recolha de dados .....	46
1.1. Caracterização sumária das empresas .....	46
1.2. Divulgação de informação: desempenho social e ambiental.....	47

1.2.1. Tipo de relatório e referenciais usados.....	47
1.2.2. Aspectos de desempenho social e ambiental: evolução no tempo .....	47
1.2.3. Indicadores GRI .....	47
1.2.4. Ações desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social e Ambiental (alguns exemplos) .....	48
Capítulo IV – CONCLUSÕES .....	57
1. Conclusões.....	58
2. Limitações e Sugestões de Investigação Futura.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	63
APÊNDICES .....	70

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 - Os quatro pilares da responsabilidade social. Fonte: Ribeiro e Oliveira (2016). Adaptado de Hancock (2005) e Jamali et al. (2008). .....	17
Figura 1.2 – A responsabilidade social incorporada no governo das sociedades. Fonte: Ribeiro e Oliveira (2016). In Ho (2005), adaptado por Jamali et al. (2008). .....	17
Figura 1.3 – A responsabilidade social e o governo das sociedades como <i>Continuum</i> . Fonte: Ribeiro e Oliveira (2016). In Bhimani e Soonawalla (2006), adaptado por Jamali et al. (2008). 17	
Figura 2 – Ethical aspects of corporate governance. Fonte: Casson (2013, p.7). .....	20
Figura 3 - Construir confiança na informação financeira. Fonte: Rodrigues (2018, p. 27) .....	21
Figura 4 – Economia Circular. Acedido em <a href="https://www.google.com/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Feco.nomia.pt%2Fcontents%2Fecpage%2F3.png&amp;imgrefurl=http%3A%2F%2Feco.nomia.pt%2Fpt%2Feconomia">https://www.google.com/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Feco.nomia.pt%2Fcontents%2Fecpage%2F3.png&amp;imgrefurl=http%3A%2F%2Feco.nomia.pt%2Fpt%2Feconomia</a> .....	23
Figura 5 - An international integrated reporting framework 2013. Fonte: Gareth Owen, página 347 retirado de <i>An international integrated reporting framework</i> . Source: The IIRC Draft Discussion Paper (2013, p. 7). .....	32

## ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE Nº1 – Tipo de Relatórios e Referenciais utilizados .....	71
APÊNDICE Nº2 - Aspetos de desempenho social e ambiental: evolução no tempo.....	73
APÊNDICE Nº3 – Indicadores GRI .....	81
3.1 - CATEGORIA AMBIENTAL .....	82
3.2 - CATEGORIA SOCIAL: PRÁTICAS LABORAIS .....	86
3.3 - CATEGORIA SOCIAL: DIREITOS HUMANOS.....	89
3.4 - CATEGORIA SOCIAL: SOCIEDADE.....	92
3.5 - CATEGORIA SOCIAL: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO .....	94
APÊNDICE Nº4 – Ações desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social e Ambiental (alguns exemplos) .....	96
4.1 - PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	97
4.2 - INTERAÇÃO/APOIO À COMUNIDADE.....	99
4.3 - BENEFÍCIOS A COLABORADORES .....	101
4.4 - FORMAÇÃO .....	103
4.5 - SEGURANÇA E SAÚDE .....	105
4.6 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO .....	107

## INTRODUÇÃO

O debate sobre a responsabilidade social das organizações não é recente e tem-se intensificado nas últimas décadas. Muitos acadêmicos e especialistas se têm debruçado sobre o tema e múltiplas iniciativas têm sido levadas a cabo por várias organizações internacionais. A sociedade, em geral, está mais atenta e exigente e as empresas mais preocupadas também com o seu desempenho, nas vertentes social e ambiental, e com a divulgação da sua prestação nesses domínios. A consciência da importância de satisfazer “as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Relatório de Brundtland, 1987) obriga a um desenvolvimento sustentável em que todos são chamados a dar o seu contributo.

A ganância e a vertigem do lucro fácil conduzem a atentados à sustentabilidade, em que a ausência de responsabilidade social e ética nos negócios tem um impacto devastador na sociedade, quer no imediato quer para as gerações vindouras. Se recuarmos um pouco no tempo, os últimos vinte anos foram férteis em escândalos empresariais que abalaram o mundo e que se repercutem no nosso dia-a-dia: Barings (1995), banco britânico com mais de 200 anos, que faliu por obra de um corretor que escondia os prejuízos e falsificava a contabilidade; Enron (2001), companhia americana onde uma contabilidade paralela enganou acionistas e auditores e provocou a queda de um gigante da energia; WorldCom (2002), uma das maiores empresas de telecomunicações dos EUA, onde uma fraude contabilística monumental resultou num caso gigantesco de insolvência; Parmalat (2003), multinacional italiana do setor alimentar, que ficou conhecida como a Enron europeia, onde foram usadas *offshores* para esconder as dívidas; Siemens (2006), conglomerado industrial alemão, envolvido em suspeitas de subornos em troca de contratos e branqueamento de capitais; Lehman’s Brothers (2008), banco de investimento sediado em Nova Iorque, cuja falência fez estremecer o mundo; Madoff (2008), financeiro americano respeitado que, afinal, se revelou um dos maiores burlões da história; BP (2010), petrolífera de origem britânica, cuja plataforma no Golfo do México explodiu por falhas de segurança e ausência de testes obrigatórios, provocando um derrame de petróleo com impacto devastador; BES/GES (2014), o escândalo do banco português, que está entre os 15 maiores símbolos de corrupção do mundo, segundo a organização *Transparency Internacional*; Petrobrás (2014), empresa do setor da energia, que se viu envolvida num escândalo de branqueamento e subornos que arrastou a economia brasileira; HSBC (2015), banco

britânico, uma das maiores instituições financeiras do mundo, associado a evasão fiscal e branqueamento de capitais; Toshiba (2015), multinacional centenária japonesa, que falsificou os lucros e caiu em desgraça; Volkswagen (2015), empresa alemã, segundo maior fabricante de automóveis do mundo, que viciou o processo de produção, manipulando os resultados dos testes em laboratório para apresentar um nível mais baixo de emissões.

Estes maus exemplos (e outros poderiam ser dados) levam-nos a acreditar que o tema da responsabilidade social continua pertinente e oportuno e que há ainda um longo caminho a percorrer.

Este estudo visa, por um lado, compreender de que forma algumas empresas portuguesas cotadas em bolsa incorporam a responsabilidade social na sua estratégia e, por outro, analisar o modo como divulgaram a sua prestação nas vertentes social e ambiental no período entre 2013 e 2017.

Começaremos por uma abordagem, baseada numa revisão da literatura, aos temas da responsabilidade social, da *corporate governance* e ética, da economia circular e da divulgação de informação, distinguindo tipos de relatórios e identificando princípios de relato e referenciais internacionalmente usados.

O segundo capítulo versa o estudo empírico realizado, apresentando-se primeiro os objetivos (geral e específicos) e as questões de investigação, descrevendo-se a seguir a metodologia usada, definindo-se depois a amostra e explicitando-se o processo de recolha de dados. Neste âmbito, iniciar-se-á o estudo por uma caracterização sumária das empresas, averiguar-se-á depois a existência de código de ética, passar-se-á à identificação das partes interessadas e ao processo de determinação da materialidade e, por fim, analisar-se-á a divulgação de informação social e ambiental, no que diz respeito ao tipo de relatório e princípios de relato adotados, referenciais usados e, através de alguns exemplos, tipos de ações levadas a cabo no exercício da responsabilidade social.

O terceiro capítulo versará a análise dos resultados.

O quarto capítulo apresentará as conclusões possíveis, limitações do estudo e sugestões de futuras investigações.

## **Capítulo I – REVISÃO DA LITERATURA**



## **1. Enquadramento**

Vivemos tempos em que termos como “sustentabilidade”, “tecnologia green”, “economia circular”, “consumo consciente” ou “valor partilhado”, entre outros, nos surgem um pouco por todo o lado: da comunicação social, de múltiplos eventos, de debates e conferências... Fazem-se acordos internacionais, definem-se objetivos e estabelecem-se metas ... O mundo vai ganhando consciência dos riscos que afetam o planeta e cresce a preocupação com as escolhas que fazemos, enquanto consumidores, empresários ou colaboradores.

Entre os vários problemas ambientais que colocam em perigo o nosso planeta contam-se os seguintes, interligados entre si: a explosão populacional, em que o crescimento desordenado da população acarreta um uso descontrolado dos recursos naturais; a poluição do ar e da água, que põe em risco a nossa qualidade de vida e a saúde do planeta; as alterações climáticas, que estão a originar um aumento da temperatura da Terra, causando o degelo das calotas polares e o aumento do nível do mar; o desperdício, de alimentos, de água e de recursos energéticos.

Numa economia de mercado global, as organizações empresariais desempenham um papel crucial neste combate da atualidade em prol da defesa do planeta.

Por outro lado, temos assistido a escândalos financeiros e ações fraudulentas, frutos da procura desenfreada do lucro a curto prazo, que têm contribuído para uma crescente consciencialização da opinião pública, forçando a uma maior “vigilância” por parte de todos e a uma maior exigência de transparência e ética nos negócios.

A questão dos Direitos Humanos também não nos pode deixar indiferentes. A Organização das Nações Unidas (ONU) faz repetidos alertas para os crescentes ataques aos direitos humanos fundamentais, denunciando atentados em que milhões de pessoas se veem privadas dos direitos sociais básicos, designadamente alojamento, saúde, educação, formação e cultura, emprego de qualidade e salário justo, e apela aos governos do mundo que os defendam.

As empresas definem objetivos de Responsabilidade Social, porque estão conscientes que a sociedade avalia o impacto da sua ação a nível económico, ambiental e social e que a prosperidade que pretendem alcançar depende cada vez mais do equilíbrio que conseguirem atingir entre estas três vertentes.

Como afirma Silva (2015, p. 2), as empresas integram cada vez mais a responsabilidade social na sua estratégia “dado o aumento da consciência dos seus gestores, a pressão da sociedade e a pressão de algumas instituições com influência nas políticas das empresas, como é o caso da União Europeia.”

A divulgação de informação sobre o seu desempenho, que representa, para a empresa, um meio de comunicação com os seus *stakeholders* e com a sociedade em geral, cujo grau de exigência tem vindo a crescer, pode constituir um diferencial de sucesso na estratégia empresarial.

## **2. Responsabilidade Social**

“O progresso verificado nos últimos anos quanto à responsabilização social e ambiental das empresas reflete as expectativas crescentes dos cidadãos e das partes interessadas face ao papel evolutivo das empresas na atual sociedade em mutação” (Bandeira 2010, p. 31).

### **2.1. Conceito de Responsabilidade Social Empresarial**

O conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem vindo a merecer cada vez mais atenção por parte de empresários, direções empresariais, investigadores, académicos e sociedade civil, em geral.

Podemos encontrar várias designações para o conceito de Responsabilidade Social, relacionadas com a questão controversa “empresa *versus* organização”: Responsabilidade Social Empresarial (RSE), Responsabilidade Social das Organizações (RSO) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Muitos autores preferem a designação RSO, que consideram mais abrangente: “Daí o facto de muitos – entre os quais o autor deste texto – proporem a designação de RSO – Responsabilidade Social das Organizações, por oposição clara ao conceito de CSR- *Corporate Social Responsibility* que, por mais restritivo, deixa de fora importantíssimos setores da atividade económica e social, incluindo todos os que têm funções reguladoras e normativas”. (Bento 2003, p.2)

A Revolução Industrial dos finais do século XIX, marcada pela introdução de novas técnicas industriais e consequentes alterações nas organizações, poderá ser apontada como marco para o surgimento do conceito de responsabilidade social, mas terá sido a partir da segunda metade do século XX que os temas sociais ganharam maior importância, começando a falar-se recorrentemente de responsabilidade social das

organizações. De acordo com Rodrigues (2018), os escândalos ocorridos nos EUA e na Europa no início do nosso século (Enron, WorldCom, Tyco, em 2001; Arthur Andersen, em 2002; Parmalat, Royal Ahold e Vivendi, em 2003; Royal Dutch Shell, em 2004; Volkswagen, em 2005; Hyundai e Siemens, em 2006; Société Générale, em 2008) seguidos da crise financeira de 2007 e consequente crise económica que ainda nos afeta, vieram demonstrar as fragilidades do atual sistema económico capitalista e dos seus valores. “É a partir destes factos (...) que começam a ganhar expressão crescente conceitos como responsabilidade social das organizações, confiança organizacional, *corporate governance*, valores, ética, reputação, sustentabilidade, direitos humanos e tantos outros, muitos deles em relação a um contexto de negócio em particular, nomeadamente em relação ao relato das atividades desenvolvidas pelas organizações e seus impactos no meio envolvente económico, social e meio ambiente físico”. (Rodrigues, 2018, p.26)

O que entender então por “Responsabilidade Social”? O conceito não se deve confundir com filantropia, uma vez que a RSE é mais abrangente, na medida em que não se pode dissociar de desenvolvimento sustentável. As empresas estão hoje conscientes de que a sua sobrevivência passa pela criação de valor para a comunidade/sociedade.

Podemos encontrar várias definições para o conceito de responsabilidade social (UN *Global Compact* ou *OIT*, por exemplo), mas, de acordo com o Livro Verde *Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas* apresentado pela CCE (2001, § 8), a responsabilidade social consiste na “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.” Esta definição foi revista pela Comissão em 2011, passando a abarcar também os impactos da atividade da empresa na sociedade. A Norma Internacional para a Responsabilidade Social (ISO 26000:2011) bem como os *Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas* convergem com a definição da Comissão.

Segundo Bandeira (2010, p.32), os principais fatores na origem do conceito de responsabilidade social das empresas, relacionados entre si, são os seguintes: “aumento do nível e da qualidade de vida da sociedade; crescente preocupação das empresas pelos danos provocados no ambiente, face à pressão da sociedade como um todo; novas preocupações e expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores em contexto da globalização e da alteração industrial a larga escala;

aumento das exigências sociais, de transparência e de controlo, de tudo quanto possa afetar direta ou indiretamente o bem-estar e o futuro da própria sociedade.”

Consciente das suas responsabilidades sociais, a empresa contribui voluntariamente para o bem comum, adotando uma estratégia que lhe trará benefícios no futuro. Esta responsabilidade pode assumir diversas formas (projeto educacional, intervenção na comunidade, serviço social, etc.), entre as quais se destaca a proteção ambiental. As empresas utilizam a variável ambiente para se destacarem das suas concorrentes e ganharem quota de mercado, nomeadamente recorrendo ao uso de materiais recicláveis, valorizando os resíduos ou financiando programas de preservação do meio ambiente. Bandeira (2010, p. 32) afirma que “A RSE pode contribuir para a sustentabilidade e o desempenho empresarial. Na verdade, muitas vezes a adoção de medidas favoráveis à sociedade produz resultados económicos menores no curto prazo, mas maiores no futuro, de tal modo que a atualização dos resultados futuros mais do que compensa as perdas de curto prazo”. Também Castelo Branco & Rodrigues (2006, p.111) referem que as empresas adotam políticas de responsabilidade social “porque consideram que retiram benefícios competitivos se tomarem decisões socialmente responsáveis. Estes benefícios têm essencialmente a ver com o desenvolvimento de novos recursos, competências e conhecimentos que reforçam a cultura organizacional. Esta visão mais materialista da RS, em que se valorizam as vantagens práticas da adoção de uma estratégia clara de RSO é também complementada pela ideia de missão social das organizações”. Associados à responsabilidade social estão princípios como sustentabilidade, transparência e *accountability*/ responsabilização.

De acordo com Eugénio (2011, p. 10), a responsabilidade social “necessita de ser incorporada na estratégia da empresa e de ser refletida em desafios nas dimensões económica, ambiental e social para otimizar as oportunidades de negócio.” Ainda na opinião da autora, o exercício da responsabilidade social pode trazer consigo a inovação que reduz os custos totais de produção, traduzindo-se numa valorização no mercado: “A redução dos custos de produção ocorre na medida em que as ineficiências diretas dos recursos utilizados e as falhas no processo produtivo começam a ser identificadas e corrigidas devido a um posicionamento social e ambientalmente mais responsável como, por exemplo, a redução no consumo de energia, papel e água, a diminuição do absentismo no trabalho devido à melhoria da segurança no trabalho e o reaproveitamento e reciclagem de materiais e embalagens” (Eugénio, 2011, p. 10).

A responsabilidade social não se cinge apenas aos acionistas, estende-se a todos os que se relacionam com a empresa e para cujo negócio contribuem. Como afirma Monteiro (2005, p 66), “Esta pluralidade encerra igualmente o conceito de distribuição, na medida em que abrange toda a cadeia produtiva, devendo as empresas incorporarem práticas socialmente responsáveis, processo de incorporação esse que deve ocorrer, não só no produto final, como em toda a cadeia produtiva”.

A RSE concretiza-se nas relações que a empresa mantém com os *stakeholders*: por um lado, a nível interno, no âmbito das políticas referentes a recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, adaptação às mudanças e gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais; por outro, a nível externo, no âmbito das relações com as comunidades locais, os clientes e fornecedores, os acionistas e investidores e ainda no respeito pelos direitos humanos e na gestão global do meio ambiente.

Segundo Monteiro (2005, p 66), as políticas de recursos humanos, que têm por destinatários os colaboradores da empresa, devem incorporar os seguintes aspetos:

“i) a existência de práticas de recrutamento responsáveis, não discriminatórias e atentas à igualdade de oportunidades e à diversidade; ii) a inclusão de efetivos planos de formação e aprendizagem contínua ao longo da vida; iii) a criação de condições que permitam um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a dimensão extra profissional de cada colaborador; iv) a preocupação quanto à segurança dos postos de trabalho ou, pelo menos, quanto à manutenção de altos níveis de empregabilidade.”

No domínio da proteção ambiental, as empresas têm desenvolvido políticas de minimização do seu impacto e de preservação dos recursos naturais, conscientes que essa estratégia lhes trará resultados a longo prazo, nomeadamente pela valorização da sua imagem externa. “Estas políticas denominadas de *win-win* – úteis para as empresas e para o ambiente – englobam sistemas de gestão ambiental formais e informais, *ecodesign* e técnicas e tecnologias de produção mais limpas” (Monteiro 2005, p. 67).

Referindo-se à dimensão externa da RSE, Monteiro identifica as várias partes interessadas abrangidas: desde logo, a comunidade onde a empresa está inserida, pelas ações desenvolvidas em seu benefício, designadamente as que criam oportunidades de emprego; os clientes/ consumidores, cujas expectativas e necessidades terão de ser satisfeitas pela empresa através do fornecimento de bens e serviços de qualidade, que o cliente associe a segurança e fiabilidade; os fornecedores e parceiros comerciais, cuja seleção criteriosa deverá ter em conta aspetos como o respeito pelos direitos humanos ou as condições de trabalho, por exemplo; as empresas de pequena dimensão, cuja

dependência económica e financeira deve ser objeto de uma cuidada política social; os acionistas e investidores, que querem a valorização no mercado da empresa e que cada vez mais encaram a RS como um instrumento de seleção de investimentos.

Porém, como afirma Bandeira (2010, p.31), “apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não é suficiente para atribuir a uma empresa a condição de socialmente responsável. É necessário que haja convergência e transparência não só nas práticas, mas também nos instrumentos da responsabilidade social das empresas.”

“Uma abordagem global à responsabilidade social das empresas pressupõe a existência de práticas responsáveis nos vários domínios: mercado, recursos humanos, ambiente e comunidade. Esta abordagem (designada na terminologia anglo-saxónica por *triple bottom line*), fundamental para o desenvolvimento sustentável, deverá ser integrada na estratégia da empresa e nos seus sistemas de gestão.” (Monteiro 2005, p. 69)

O *triple bottom line* traduz uma nova conceção de apresentação de resultados, em que os impactos das ações de responsabilidade social são medidos e relatados nas dimensões económica (*profit*), social (*people*) e do meio envolvente físico (*planet*) e em que um conjunto de indicadores abrange os aspetos financeiros e os aspetos associados ao impacto da organização na sociedade em que se insere, no meio envolvente físico que a rodeia e na comunidade que serve (Rodrigues 2018).

Apesar da evolução neste domínio e das muitas iniciativas que têm sido levadas a cabo, ainda há um longo caminho a percorrer. Monteiro (2005) realça as ações chave identificadas pela CCE a desenvolver com vista a uma crescente utilização de práticas de RSE:

- intensificar a divulgação do impacto positivo da RSE nas empresas e nas sociedades;
- promover o desenvolvimento de competências de gestão em RSE;
- fomentar a responsabilidade social nas pequenas e médias empresas;
- facilitar a convergência e a transparência das práticas e dos instrumentos de RSE.

## 2.2 Regulamentação

Far-se-á a seguir uma referência a duas normas: a *International Organization for Standardization* (ISO) 26000 e a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) nº 26- Matérias Ambientais. Esta, não se aplicando às empresas cotadas em bolsa, consigna princípios essenciais à proteção ambiental.

### 2.2.1 Norma ISO 26000

A ISO 26000 é uma norma internacional voluntária que visa a orientação na implementação de ações socialmente responsáveis. Em Portugal é conhecida como NP 26000:2011 – Linhas de orientação da responsabilidade social.

Por ser uma norma guia (diretriz) e não se destinar a certificação por uma terceira parte, existem normas mais específicas, que, em Portugal, são as seguintes:

- NP 4469-1: 2007 – Sistema de gestão da responsabilidade social. Parte 1: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização;
- NP 4469 -2: 2010 – Sistema de gestão da responsabilidade social. Parte 2: Guia de orientação para a implementação

A norma tem limitações e vantagens. De acordo com Rodrigues (2018), poderão ser potenciais limitações:

- norma demasiado genérica (na medida em que resulta do consenso de vários países) e, como tal, redutora do patamar da gestão da responsabilidade social;
- dificuldade de adesão por parte das pequenas e médias empresas, pelos custos elevados que as adequações a uma norma internacional implicam;
- risco de burocratização da temática em detrimento da real mudança de valores, comportamentos ou modelo de gestão, se a organização a adotar estritamente por motivos comerciais;
- dificuldade na comprovação da adesão à norma, uma vez que, por não ser certificável, não tem um formato auditável.

Os potenciais benefícios apontados pelo autor são os seguintes:

- a norma traduz o equilíbrio a vários níveis: geográfico e económico, pela participação dos países na sua elaboração, de género e de classes de *stakeholders*;
- a norma reflete a cooperação de vários organismos (ONU, OCDE, OIT), o que lhe confere maior credibilidade;

- a norma constitui um referencial integrador a nível mundial, contrariando a confusão gerada pela multiplicidade de normas nacionais e internacionais existentes;
- a norma aponta caminhos para que se possam adotar normas mais flexíveis a nível nacional;
- a norma favorece a formação de novos valores e sua propagação em toda a cadeia, tornando-se, assim, um instrumento facilitador da tomada de consciência de uma gestão com princípios éticos.

A norma promove a transparência e a ética na atividade empresarial, de forma a que a empresa:

- contribua para o desenvolvimento sustentável (incluindo a saúde e bem-estar da sociedade);
- leve em consideração as expectativas dos *stakeholders*;
- esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento;
- esteja integrada e praticada em toda a organização para todas as relações.

Na tabela seguinte, encontram-se os sete princípios de responsabilidade social preconizados pela norma:



<b>Princípios de Responsabilidade Social – ISO 26000</b>	
<b>Prestação de contas</b>	A organização deve prestar contas e responsabilizar-se pelos impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente.
<b>Transparência</b>	A organização deve ser transparente nas decisões e atividades que tenham impacto na sociedade e no meio ambiente.
<b>Comportamento ético</b>	A organização deve ter um comportamento ético.
<b>Respeito pelos interesses das partes interessadas</b>	A organização deve respeitar, considerar e responder aos interesses das partes interessadas.
<b>Respeito pelo estado de direito</b>	A organização deve aceitar o respeito pelo estado de direito como obrigatório.
<b>Respeito pelas normas internacionais comportamentais</b>	A organização deve respeitar as normas internacionais comportamentais, ao mesmo tempo que adere ao princípio do respeito pelo estado de direito.
<b>Respeito pelos direitos humanos</b>	A organização deve respeitar os direitos humanos e reconhecer a sua importância e universalidade.

**Tabela 1 - Princípios de Responsabilidade Social segundo a norma ISO 26000**

Fonte: Silva (2015, p. 45)

### **2.2.2 NCRF N° 26**

No âmbito específico da proteção ambiental, em Portugal, a NCRF n.º 26 – Matérias Ambientais, em vigor desde 01 de Janeiro de 2010, é o normativo que regulamenta a divulgação de matérias ambientais e veio substituir quase na íntegra a Diretriz Contabilística (DC) n.º 29 – Matérias Ambientais.

Segundo a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a NCRF n.º 26 visa estabelecer os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada.

A NCRF 26 – Matérias Ambientais determina que as matérias ambientais devem ser divulgadas quando relevantes para a avaliação do desempenho financeiro ou posição

financeira da empresa e estipula que essa divulgação é feita através do Relatório de Gestão (§ 47 a 48 - Apresentação e Divulgação).

Segundo o artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, no Relatório de Gestão incluir-se-ão as matérias relevantes para o desempenho e posição financeira e analisar-se-á a evolução das atividades da empresa diretamente ligadas às questões ambientais. Serão objeto de divulgação as políticas e os programas de proteção ambiental, as medidas legalmente impostas ou as tomadas para antecipar legislação, melhorias em áreas-chave e informações sobre o desempenho ambiental (consumo de energia, matérias-primas, água, emissões e remoção de resíduos, através de indicadores de eco-eficiência). Se a entidade emitir um relatório ambiental, este deve também ser mencionado no Relatório de Gestão.

As empresas cotadas em bolsas de valores mobiliários não são obrigadas a aplicar esta norma. A NCRF n.º 26 adota a Recomendação da Comissão Europeia de 30 de Maio de 2001 respeitante ao reconhecimento, mensuração e divulgação de matérias ambientais nas contas anuais e no Relatório de Gestão das sociedades, publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* de 13 de Junho de 2001.

Do preâmbulo da Recomendação da Comissão Europeia destaca-se o seguinte:

- a estrutura legislativa europeia em matéria de relato financeiro não refere explicitamente as questões ambientais, mas aplicam-se os princípios genéricos e as disposições estabelecidas na quarta e sétima diretivas em matéria de direito das sociedades (Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE, respetivamente);
- embora não haja uma norma específica para as matérias ambientais, o *International Accounting Standards Committee* (IASC) publicou diversas Normas Internacionais de Contabilidade com disposições e princípios contabilísticos aplicáveis ao tratamento das matérias ambientais;
- a IAS 36 (Imparidade de Ativos), a IAS 37 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e a IAS 38 (Ativos Intangíveis) estão em consonância com as disposições contidas na recomendação.

A norma está dividida em oito pontos – objetivo, âmbito, definições, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação e entrada em vigor – e um apêndice e é aplicável a todas as entidades abrangidas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), através das contas anuais individuais ou consolidadas.

As informações de natureza ambiental que sejam materialmente relevantes para a avaliação do desempenho financeiro ou para a posição financeira da entidade inserem-

se no relato financeiro, designadamente nas demonstrações financeiras anuais (Balanço e Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados), ou no Relatório de Gestão, podendo também ser objeto de desenvolvimento em relatórios específicos (nomeadamente em relatórios ambientais), tanto para o caso das contas individuais, como para as contas consolidadas.

A NCRF 26 aplica-se às empresas não cotadas em bolsa ou excluídas de consolidação. As contas consolidadas das empresas que compõem a nossa amostra são tratadas segundo os preceitos do IASB desde 2005, mas iremos verificar se, no momento da divulgação, os princípios consignados na NCRF Nº 26 são levados em consideração.

### **3. Corporate Governance**

“A *corporate governance* é, antes de mais, uma questão ética. Deveria ser uma combinação de liberdade com responsabilização e responsabilidade”. (Michael Delbaere, Chairman of VOKA, citado por Casson 2013, p 13).

A temática do “governo das sociedades” (“governabilidade organizacional” para alguns autores, como Rodrigues), embora antiga, começou a suscitar maior interesse nos finais do século XX. Entre os fatores que contribuíram para este interesse crescente, Ribeiro e Oliveira (2016) identificam os escândalos financeiros que ocorreram nos EUA, resultado de gestões deficitárias. Em 1999, um conjunto de normas e orientações de natureza não obrigatória é apresentado pela OCDE e, desde então, a atenção dada ao assunto tem crescido.

Em Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), tendo por base os princípios definidos pela OCDE, aprovou nesse ano um conjunto de recomendações sobre o governo das sociedades para entidades cotadas. Ao longo do tempo, foram feitas várias atualizações aos regulamentos e recomendações e, a partir de 2014, fruto das alterações presentes no artigo 2.º do regulamento n.º 4/2013 da CMVM, as empresas cotadas passam a poder adotar um código de governo societário “*emitido por entidade vocacionada para o efeito*” desde que “*sujeitas a lei pessoal portuguesa*”.

Em janeiro de 2018, entrou em vigor no nosso país o novo Código de *Corporate Governance* do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), em substituição do Código da CMVM, mantendo esta, nos termos legais, a sua importante função de supervisão da informação prestada pelas sociedades cotadas ao mercado.

Do inglês *corporate governance* (CG), o conceito de “governo das sociedades” está intimamente relacionado com o de “responsabilidade social”. Ribeiro e Oliveira (2016, p. 24), reportando-se à controvérsia que tem rodeado o conceito, com múltiplas definições apresentadas pela literatura, definem genericamente “governo das sociedades” como “um conjunto de regras e de procedimentos, cuja finalidade é otimizar o desempenho organizacional, assente na estrita observância de princípios basilares como a transparência, a sustentabilidade e a assunção de responsabilidades.” Citando Crowther & Seifi (2011), os autores enumeram oito princípios transversais a diferentes códigos de governo de sociedades: (i) Transparência; (ii) Estado de Direito; (iii) Participação; (iv) Capacidade de Resposta; (v) Igualdade; (vi) Eficiência e Eficácia; (vii) Sustentabilidade; e (viii) *Accountability* / Responsabilização.

No Livro Verde da Comissão Europeia, *O quadro da UE do governo das sociedades*, pode ler-se que “O governo das sociedades e a responsabilidade social das empresas são elementos fundamentais para construir a confiança das pessoas no mercado único. Contribuem igualmente para reforçar a competitividade das empresas europeias, dado que as empresas bem geridas e sustentáveis estão em melhor posição de contribuir para as ambiciosas metas de crescimento definidas pela «Agenda 2020»” (2011, p.2)

De acordo com Rodrigues (2018, p. 121), “existe uma forte convicção em como as organizações que consideram os interesses das suas partes interessadas ou que têm comportamentos socialmente responsáveis obtêm melhores desempenhos económicos do que as organizações que procuram apenas o desempenho financeiro.”

As figuras que se apresentam a seguir, retiradas de Ribeiro e Oliveira (2016, p. 28), referem-se a três modelos que traduzem diferentes entendimentos da relação entre os conceitos “governo das sociedades” e “responsabilidade social”. Não reunindo consenso a definição de “governo das sociedades”, fica evidente que o mesmo não se pode dissociar do conceito de “responsabilidade social”.

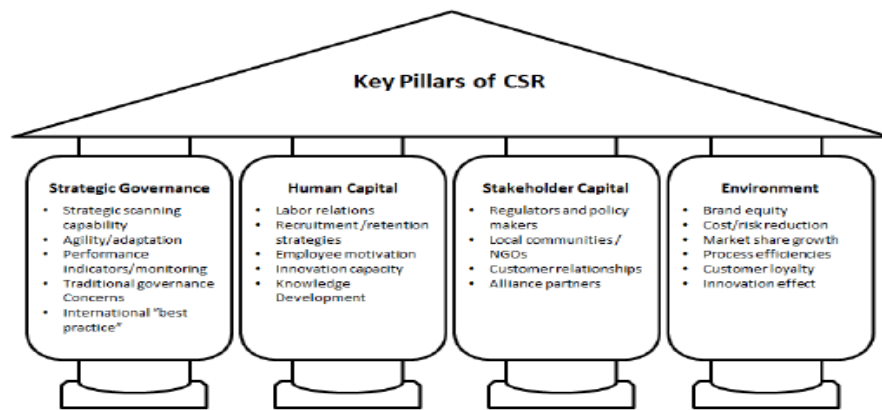


Figura 1.1 – Os quatro pilares da responsabilidade social  
Fonte: Adaptado de Hancock (2005) e Jamali *et al.* (2008)

**Figura 1.1 - Os quatro pilares da responsabilidade social. Fonte: Ribeiro e Oliveira (2016). Adaptado de Hancock (2005) e Jamaliet et al. (2008).**

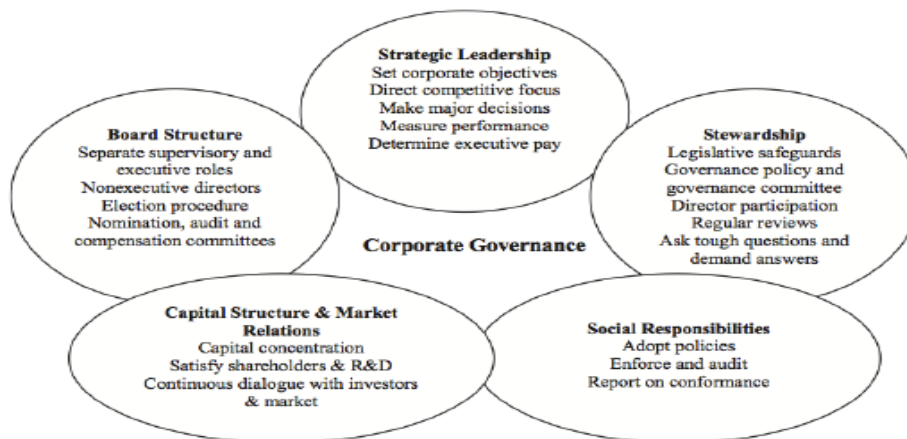


Figura 1.2 – A responsabilidade social incorporada no governo das sociedades  
Fonte: Ho (2005), adaptado por Jamali *et al.* (2008)

**Figura 1.2 – A responsabilidade social incorporada no governo das sociedades. Fonte: Ribeiro e Oliveira (2016). In Ho (2005), adaptado por Jamali et al. (2008).**

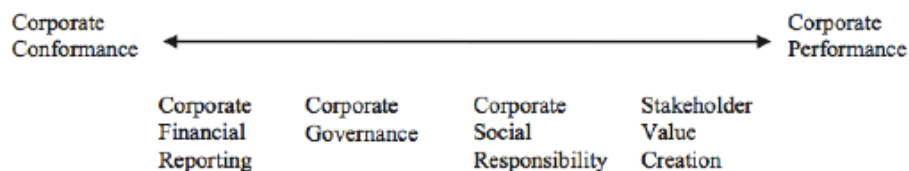


Figura 1.3 – A responsabilidade social e o governo das sociedades como *Continuum*  
Fonte: Bhimani & Soonawalla (2005), adaptado por Jamali *et al.* (2008)

**Figura 1.3 – A responsabilidade social e o governo das sociedades como *Continuum*. Fonte: Ribeiro e Oliveira (2016). In Bhimani e Soonawalla (2006), adaptado por Jamali et al. (2008).**

Fonte: Ribeiro e Oliveira (2016, p. 28)

De acordo com o recente estudo *Global and Regional Trends in Corporate Governance 2017*, publicado pela Russel Reynolds, em que foram ouvidos investidores, gestores de fundos, diretores de empresas, especialistas e outros profissionais de todo o mundo, as tendências e desafios que se colocam à governabilidade das sociedades pressionam as empresas e impõem mudanças estratégicas orientadas para a criação de valor a longo prazo:

- “Expetativas crescentes face ao papel do conselho com vista a uma maior supervisão da estratégia e do planeamento de cenários, ao envolvimento de investidores e ao planeamento da sucessão de executivos;
- Foco contínuo na renovação e composição do conselho, com particular atenção ao perfil de competências dos diretores, à atualização do conhecimento, à presença dos diretores em múltiplos conselhos de administração, à diversidade e a mecanismos consistentes de renovação do conselho que não se traduzam no mero preenchimento de formulários;
- Maior escrutínio dos planos da companhia para a criação de valor sustentável, uma vez que aumentam as preocupações com acordos com ativistas e outras forças do mercado que comprometem os interesses de longo prazo dando prioridade a soluções de curto prazo;
- Maior foco a questões ambientais, sociais e de governança, em particular às relacionadas com as alterações climáticas e a sustentabilidade, começando as indústrias do setor extrativo a sentir já a pressão dos investidores nessa área.” (O’Kelley et al. 2016, s/p).

### **3.1. Ética**

Ética e governo das sociedades devem andar sempre juntos. Segundo Casson (2013, p. 6), “As questões de ética ou ‘a forma correta de gerir um negócio’ são inerentes a todos os aspetos da *corporate governance* e a cada decisão e ação do conselho de administração. As escolhas éticas são relevantes para as estratégias do negócio principal definidas pelos conselhos e para a forma como eles administram o negócio para as alcançar.”

Nos nossos dias, é comumente aceite que a sustentabilidade da empresa passa pela forma eticamente responsável como atua.

Gonçalves (2017, p. 3), citando Neves (2008), clarifica o conceito de ética, aplicado à atividade empresarial, referindo-se à evolução que foi sofrendo ao longo do tempo: “... foi construindo o seu significado à medida que a visão liberal clássica, que defendia o lucro como único objetivo da atividade empresarial (Friedman, 1962), foi dando lugar à ideia de que a ética empresarial é mais que a mera obtenção do lucro e o cumprimento exclusivo da lei”.

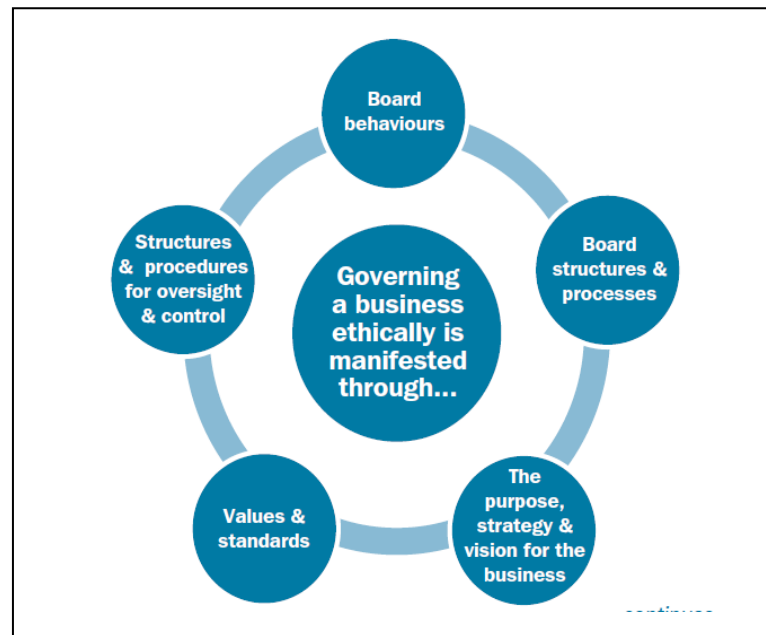
Citando Crane e Matten (2007) e Carroll e Buchholtz (2008), a autora sintetiza o conceito de ética empresarial como “o estudo de todas as situações, atividades e decisões no âmbito da atividade empresarial onde o binómio certo e errado é questionado”.

Distinguindo práticas éticas de práticas antiéticas, Gonçalves enumera valores universais (honestidade, integridade, respeito pelo outro e pelos direitos humanos, responsabilidade, justiça, cidadania, entre outros) que são aceites como éticos e dá exemplos de práticas e comportamentos considerados como antiéticos: suborno, chantagem, corrupção, extorsão, nepotismo, lavagem de dinheiro, uso impróprio de informação confidencial da organização, discriminação, assédio moral e sexual, abuso de poder, concorrência desleal, falta de segurança nos produtos de consumo, condições de trabalho pouco seguras e degradantes, evasão fiscal, redução da carga fiscal através de conhecimentos especializados em contabilidade e legislação tributária, promoção de produtos deteriorados, recusa de troca de mercadoria dentro dos prazos previstos no código do consumidor, publicitação de descontos falsos em relação ao preço original, etc.

De acordo com Casson (2013), cinco elementos são cruciais no compromisso que a direção de uma organização assume com a ética:

- Comportamentos – exemplo e liderança;
- Estruturas e processos do conselho de administração – comités adequados, regulamentos e documentação de referência, interação conselho/comité;
- Objetivo, estratégia e visão – o que o negócio alcançará e como;
- Valores e regras – a maneira como o negócio será desenvolvido;
- Procedimentos e controlos de supervisão – políticas apropriadas, monitorização e relato.

A figura seguinte ilustra estes aspetos:



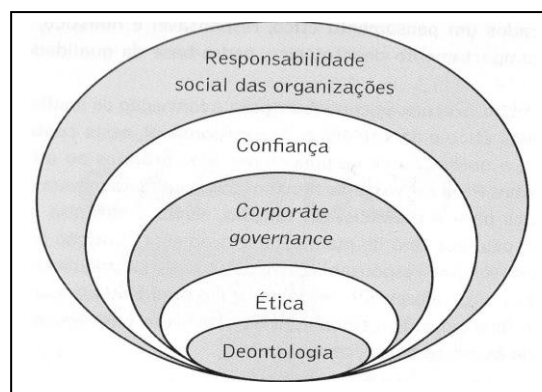
**Figura 2 – Ethical aspects of corporate governance. Fonte: Casson (2013, p.7).**

A sociedade tem exercido pressão sobre as organizações no sentido de terem comportamentos éticos e exercerem a sua responsabilidade social, mas as organizações também estão cada vez mais conscientes de que a sua sobrevivência pode depender da sua aceitação por parte da sociedade (Rodrigues, 2018).

Refletindo sobre o papel do analista de mercado, de quem se espera responsabilidade do ponto de vista ético e deontológico, de forma a constituir uma referência de confiança e credibilidade para os utilizadores da informação financeira, Rodrigues (2018) entende ser essencial facultar aos futuros analistas uma sólida formação em análise financeira sobre responsabilidade social das organizações, advogando que sejam introduzidos conteúdos programáticos como: confiança organizacional, *corporate governance*, ética e regulação de profissões ligadas ao mercado da informação financeira.

A figura seguinte ilustra este pensamento:





**Figura 3 - Construir confiança na informação financeira. Fonte: Rodrigues (2018, p. 27)**

### **3.1.1. Códigos de Ética**

A adoção pelas empresas de códigos de ética (o conceito de ética não é entendido da mesma maneira em todos os contextos, pelo que a terminologia que rodeia o conceito é diversa) tem proliferado, sendo os referidos códigos considerados como aliados da responsabilidade social empresarial. Segundo Silva (2015, p 58), “O código de ética constitui uma ferramenta fundamental para a implementação da responsabilidade social dentro da empresa, dado ser um documento composto por um conjunto de princípios que reconhecem a necessidade de um comportamento e compromisso ético por parte da organização.” Reportando-se a Lugli et al. (2008), o autor considera que o código de ética, através do qual é feita a comunicação por parte da empresa dos seus valores éticos e sociais, deve ser publicitado de forma interna e externa junto de todos os *stakeholders*.

De acordo com a NP 4460-2-2010, o código de ética representa uma garantia para os *stakeholders*.

Também para Monteiro (2005, p. 68) “A adoção de Códigos de Ética assume especial importância no processo de implementação de políticas socialmente responsáveis, constituindo um útil instrumento para difusão, junto dos trabalhadores das empresas, das diretrizes e orientações sobre como agir perante decisões relevantes, reduzindo, assim, o risco de subjetividade quanto a aspetos éticos e morais.”

Contreiras (2008, p. 38) sintetiza desta forma o papel do código de ética: “Pode-se assim assumir que um código de ética organizacional tem essencialmente uma utilidade estratégica, que implica que a organização faça o que diz e diz o que faz, principalmente aos seus mais importantes *stakeholders*.”

No entanto, a temática dos códigos de ética não é consensual. Há autores que os olham com grande ceticismo, para quem as desvantagens destes mecanismos de gestão são maiores que as vantagens e lhes apontem críticas. Rodrigues (2018) enumera algumas dessas críticas:

- falta-lhes relevância prática, na medida em que não existe evidência empírica sobre a sua utilidade na promoção de comportamentos éticos;
- têm carácter instrumental, que os converte em mecanismos de controlo no interior da organização, substituindo a tomada de decisões, e, externamente, os reduz a meros exercícios de relações públicas, sendo, muitas vezes, usados para proteger interesses particulares (por exemplo, legitimando “prémios de gestão” em períodos de crescimento económico);
- assentam, muitas vezes, no curto prazo e não numa perspetiva de longo prazo, de real sustentabilidade;
- possuem função ideológica, contribuindo para um processo de afirmação da organização, ocultando relações de injustiça, desigualdade ou exclusão.

No entanto, ainda de acordo com Rodrigues, a maior parte dos autores considera que os benefícios que os códigos de ética trazem ao tecido empresarial compensam as suas limitações:

- facilitação na resolução de situações ambíguas;
- limitação do poder da gestão, possibilitando a oposição a instruções não éticas por parte dos colaboradores;
- clarificação da responsabilidade social da organização;
- redução da subjetividade na tomada de decisões;
- facilitação da introdução de valores éticos na organização;
- apoio aos gestores no confronto com grupos de pressão exteriores;
- favorecimento de expectativas positivas por parte dos clientes relativamente às práticas da organização;
- promoção da excelência na organização;
- incremento da autoestima dos colaboradores;
- minimização das preocupações dos acionistas;
- favorecimento da imagem pública e da confiança na organização.

#### 4. Economia Circular

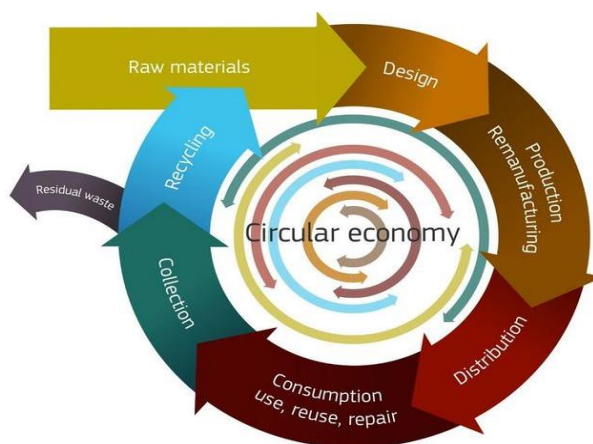


Figura 4 – Economia Circular. Acedido em

<https://www.google.com/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Feco.nomia.pt%2Fcontents%2Fecpage%2F3.png&imgrefurl=http%3A%2F%2Feco.nomia.pt%2Fpt%2Feconomia>

A figura, por si só, é elucidativa sobre o que se deve entender por “economia circular”, conceito intimamente associado aos anteriores e na ordem do dia.

Como afirma Pedro Norton de Matos, em entrevista a Sónia Bexiga, (2016, p. 3), “É cada vez maior o interesse pelas diferentes dimensões da sustentabilidade, mas continua a ser necessária uma mudança profunda de atitude de todos os *stakeholders*. Para termos uma real dimensão do desafio que se coloca a todos, referiria que o objetivo último da Economia Circular é o Desperdício Zero”.

De acordo com o relatório *Towards the Circular Economy* (2013), a economia, em grande medida, ainda assenta num modelo de consumo de recursos, que consiste na extração de matérias primas e na sua transformação em materiais, que, depois de usados, são descartados, isto é, transformam-se em resíduos que não são aproveitados, terminando assim o seu ciclo. O relatório realça que, em 2010, entraram no ciclo produtivo cerca de 65 mil milhões de toneladas de matéria-prima e em 2020 as previsões apontam para um valor próximo de 82 mil milhões de toneladas.

Este ciclo (extração–produção–consumo–eliminação) caracteriza a designada Economia Linear, um modelo económico que não se preocupa com os impactos ambientais da produção, do consumo dos bens e dos resíduos decorrentes destas atividades da cadeia de valor, baseando-se na disponibilidade ilimitada de matérias primas utilizadas nos produtos e serviços.

No relatório acima mencionado, refere-se que a alteração da mentalidade (de uma economia linear para uma economia circular) tem vindo a ocorrer gradualmente, atendendo a alguns fatores principais:

- escassez de recursos e padrões ambientais rigorosos;
- recurso à tecnologia de informação para rastrear os materiais ao longo da cadeia de abastecimento, identificar produtos e frações de materiais e rastrear os produtos durante o seu uso;
- as plataformas sociais permitem que os consumidores tenham acesso a produtos e serviços instantaneamente;
- mudança no comportamento do consumidor, no sentido em que a geração atual privilegia a acessibilidade à propriedade.

A urgência de preservação dos recursos naturais e da proteção do ambiente impõe uma mudança de paradigma, tornando-se urgente “dissociar o desenvolvimento económico global do consumo de recursos finitos, tendo como objetivo manter os produtos e as matérias no mais alto nível de utilidade e valor.” (Matos *in* Bexiga 2016, p. 3). A Economia Circular assenta em padrões sustentáveis de produção e de consumo, como o atesta o relatório *Towards the Circular Economy* (2013, p. 7): “ Uma economia circular é um sistema industrial reparador ou regenerador por intenção e desenho (...) Substitui o conceito ‘fim de vida’ por restauração, usa a energia renovável, elimina o uso de químicos tóxicos, que prejudicam a reutilização, e visa a eliminação do lixo através do *design* de materiais, produtos, sistemas e, consequentemente, modelos de negócio.”

Os desafios que se colocam à sociedade – crescimento, coesão e integração social, preservação do ambiente e dos recursos naturais, defesa do património cultural e do capital humano - implicam o envolvimento de todos, decisores políticos, empresas e consumidores. A utilização e comercialização do produto, dando-lhe um maior tempo de vida e garantindo que se possa reconverter noutro produto de valor económico no final constitui também um desafio central para a economia dos tempos modernos. Matos (*in* Bexiga 2016, p. 3) realça o papel das novas tecnologias neste caminho: “E aqui sublinho o papel da tecnologia e da crescente digitalização da economia, as quais têm a função de facilitador, nomeadamente no potencial de escala e viabilização dos novos modelos de negócio.” Referindo-se ao nosso país, acrescenta: “Atualmente, o país já tem capacidade para incinerar 20% dos seus resíduos urbanos, ou seja, se reciclar 70% dos resíduos em 2030, apenas terá de enviar para aterro 10% dos resíduos”.

De acordo com o *Business Council for Sustainable Development* (BCSD), a economia circular apresenta os seguintes benefícios: promover a eco inovação; criar

novas oportunidades de negócio, produtos e serviços; manter os produtos, materiais e recursos na economia pelo maior período de tempo possível; criar novos modelos de negócio; reduzir a dependência dos combustíveis fósseis; minimizar a produção de resíduos; conservar o capital natural; diminuir as emissões de carbono; contribuir para o combate às alterações climáticas.

Em 2015, a CE adotou um Plano sobre Economia Circular que estabelece medidas destinadas a “fechar o ciclo”, tendo em conta todas as fases do ciclo de vida de um produto (da produção e do consumo à gestão dos resíduos e ao mercado das matérias-primas secundárias) e que considera também medidas para contornar obstáculos de mercado em setores específicos ou fluxos de materiais, como plástico, resíduos alimentares, matérias-primas críticas, construção e demolição, biomassa e produtos de base biológica, bem como medidas no âmbito da inovação e investimento.

No Relatório da Comissão para o Parlamento Europeu (2017, p.2) sobre a implementação do Plano de Economia Circular (adotado em 2015) pode ler-se: “A transição para uma economia mais circular traz grandes oportunidades para a Europa e os seus cidadãos. É uma parte importante do nosso esforço para modernizar e transformar a economia europeia, colocando-a num rumo mais sustentável. Há um forte argumento comercial contra, que alega que a empresa não realizará lucros substanciais e não se tornará mais competitiva. Mas a economia circular implica poupanças importantes em energia e benefícios ambientais. Cria emprego local e oportunidades de integração social. Está intimamente associada às prioridades da União Europeia de criação de emprego e crescimento, investimento, agenda social e inovação industrial”.

Segundo o relatório *Towards the Circular Economy*, o sistema sustentável da Economia Circular tem as seguintes características essenciais:

- os resíduos são excluídos desde o começo dos projetos, já que os materiais biológicos são não tóxicos e os materiais técnicos podem ser reutilizados através da recuperação ou renovação;
- há um equilíbrio entre vários tipos de negócios de forma a existir sucesso;
- a utilização de fontes de energia renováveis reduz a dependência de recursos e aumenta a resiliência dos sistemas;
- as ligações entre empresas, pessoas e natureza ganham maior importância;

- os preços deverão refletir todos os custos, como, por exemplo, os custos totais provenientes de externalidades negativas, devendo estes ser revelados e tidos em conta, e os subsídios perversos deverão ser removidos.

## **5. Divulgação da Responsabilidade Social**

A informação financeira divulgada pelas organizações tem como objetivo dar a conhecer a utentes, estado, investidores, credores, público em geral, entre outras partes interessadas, a situação financeira, alterações que tenham ocorrido e resultados das operações. Essa informação deve ser relevante, material, fiável, comparável e compreensível. A Estrutura Concetual do SNC, baseada na Estrutura Concetual do IASB (publicada pela CE em 2003), explicita essas cinco características.

As Normas Internacionais de Contabilidade (em inglês, IAS e IFRS) contêm normas específicas para o tratamento da informação financeira. Existem cinco níveis de aplicação: as NIRF, adotadas pela UE desde 2005, obrigatórias para as empresas cotadas em bolsa; as NCRF, para empresas não cotadas em bolsa e cujas contas não se destinam a mercados regulamentados; as NCRF-PE, para pequenas entidades; as NC-ME, para micro entidades; e as NCRF-ESNL, para entidades do setor não lucrativo.

A informação não financeira tem sido divulgada através de documentos de RSO, relatórios ambientais ou relatórios de sustentabilidade e é hoje considerada um meio fundamental no relato de uma organização favorecendo uma visão global da mesma.

### **5.1. Relato Tradicional e Relato de Sustentabilidade**

Tradicionalmente, a prestação de contas é feita através de um conjunto de documentos: demonstrações financeiras, anexo às demonstrações financeiras, Relatório de Gestão e Certificação Legal das Contas (CLC). Designado genericamente por Relatório e Contas, o relato tradicional visa demonstrar se a empresa alcançou os objetivos definidos e como os alcançou.

As empresas estão obrigadas a prestar contas anualmente, sendo as demonstrações financeiras constituídas por balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa, anexo e demonstração de alterações no capital próprio. O património da organização (ativo, passivo e capital próprio) é refletido no balanço; os rendimentos e gastos constam da demonstração de resultados; as entradas e saídas de capital durante o ano estão expressas na demonstração de fluxos de caixa; o anexo ao balanço e à demonstração de resultados é um documento com informações sobre as quantias incluídas

nas demonstrações financeiras. O Relatório de Gestão é da responsabilidade dos órgãos de gestão (administração, gerência ou direção), tendo por base as contas apresentadas nas demonstrações financeiras. Depois da certificação legal (efetuada pelos revisores oficiais de contas), toda a documentação de prestação de contas é submetida à aprovação da Assembleia Geral da empresa a que respeita.

O relato tradicional centra-se no reconhecimento e mensuração de ativos e passivos e no desempenho financeiro a curto prazo e visa divulgar informação aos acionistas.

Owen (2013) põe a tónica na perspectiva do utilizador ou *stakeholder*, em vez da perspectiva do acionista, preconizando uma visão mais abrangente, que reconhece o direito de informação a credores, colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade local e público em geral.

O conceito de desenvolvimento sustentável veio pôr em causa a forma de relato tradicional ou relato financeiro, surgindo a necessidade de um relato mais pormenorizado e pertinente no âmbito da responsabilidade social e ambiental e de uma gestão mais ética e transparente.

Os relatórios de sustentabilidade, ao ajudarem a organização a aferir o seu desempenho, facilitam a definição de metas e a gestão de mudanças. Articulando a rentabilidade de longo prazo com a responsabilidade social e ambiental, contribuem para a promoção de uma economia global sustentável.

Encontram-se várias designações para os relatórios que visam medir, divulgar e prestar contas às várias partes interessadas sobre o desempenho das organizações (*triple bottom line*, relatório de responsabilidade corporativa, etc). Eugénio (2011) usa a designação “Relatório de Sustentabilidade” por a considerar abrangente e porque o compromisso assumido pelas organizações com a sustentabilidade é cada vez maior.

O relato da responsabilidade social e governabilidade das organizações assume crescente importância. Rodrigues (2018), reportando-se também a Rodrigues e Duarte (2012) enumera várias organizações que se têm debruçado sobre esta temática:

- CE (2001) – apresentação de alguns tipos de ações a ter em conta no âmbito da responsabilidade social das empresas;
- ONU – programa *Global Compact*, que fomenta valores essenciais nas áreas dos direitos humanos, das relações de trabalho e do ambiente no seio da comunidade empresarial;
- OCDE (2016) – publicação de diretivas básicas para empresas multinacionais;

- ISO – apresentação de vários sistemas de normas (entre elas, a série 14000) sobre a gestão ambiental;
- GRI – desenvolvimento de diretrizes e linhas de orientação para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade (já na versão 4);
- ISEA (Reino Unido) – publicação de normas para a certificação ética;
- ETHOS (Brasil) – várias publicações e guias nesta área.

Em Portugal, cabe ao Instituto Português de Qualidade coordenar o sistema nacional de qualidade, tendo sido publicadas as seguintes normas:

- NP 4469-1:2008: Sistema de gestão de responsabilidade social: parte 1: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização;
- NP 4469-2:2010: Sistema de gestão de responsabilidade social: parte 2: Guia de orientação para a implementação;
- NP 4460-1:2007: Ética nas organizações – Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações;
- NP 4460-2: 2010: Ética nas organizações – Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações;
- NP ISO 26000: Guia para a responsabilidade social;
- NP 4522: Norma para Organizações Familiarmente Responsáveis.

O autor refere ainda o Guia de Boa Governação para PME do início de 2017, iniciativa da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), que vem suprir uma lacuna nas relações de subcontratação entre as grandes empresas e as de menor dimensão, com as primeiras a pretenderem divulgar também as boas práticas de responsabilidade social dos seus subcontratados.

A ONU, com o Pacto Global, a GRI, com as diretrizes para os relatórios de sustentabilidade, e, mais recentemente, a UE, com legislação sobre o relato não financeiro, são exemplos que refletem o reconhecimento da importância crescente desta temática. No nosso país, é de referir o decreto-lei 89/2017, de 28 de julho (que transpõe a diretiva 2014/95/EU, de 22 de outubro, para a ordem jurídica interna): “A responsabilidade social das empresas, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário, contribui decisivamente para a análise do desempenho das empresas e do seu



impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade das mesmas e para o reforço da confiança dos investidores e dos consumidores.”

Esta diretiva enquadra-se no conjunto de esforços legislativos que visam reforçar a transparência e a coerência da informação não financeira divulgada na União Europeia. Determina a mesma: “As grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que tenham o estatuto legal de entidades de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores, devem apresentar anualmente uma demonstração não financeira, incluída no relatório de gestão ou apresentada num relatório separado, elaborada pelos seus órgãos de administração, contendo as informações não financeiras bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.”

Na opinião de Rodrigues (2018), pese embora a existência de um conjunto de normas, guias e diretivas, ainda não se pode considerar existir uma normalização ao nível da divulgação e relato pelas empresas da sua responsabilidade social e ambiental.

Ao analisar a motivação das organizações para divulgar voluntariamente informação sobre o seu desempenho, o autor verifica o seguinte: as grandes organizações tendem mais a fazê-lo comparativamente com as de mais pequena dimensão; a rendibilidade da empresa parece constituir uma motivação, uma vez que aumenta a confiança dos utentes dessa informação; também a presença da organização em várias geografias, com a globalização dos mercados e a participação em diferentes bolsas de valores parece ser um estímulo para a divulgação de informação.

Na mesma linha de pensamento, Matos (2010, p. 14), ao refletir sobre os fatores que exercem influência sobre o relato ambiental, refere um conjunto de autores (Schipper, 1981; Lang e Lundholm, 1993; Meek *et al.*, 1995; Trebucq, 2002, entre outros) que consideram a dimensão da empresa um fator determinante na divulgação de informação, na medida em que as empresas maiores usam mais o mercado de capitais, são seguidas por um maior número de analistas, são alvo da atenção do público em geral e suportam custos inferiores relativamente às pequenas empresas, o que representa um incentivo adicional à divulgação. A rendibilidade é também um fator considerado por alguns autores como exercendo influência na quantidade de informação divulgada. Matos (2010, p. 16) refere, entre outros, os seguintes: Meek *et al.* (1995), para quem elevadas taxas de rendibilidade tendem a estar associadas à divulgação de maiores

quantidades de informação, como forma de atração de investidores; Moneva Abadía e Lameda Monteiro (2003), que argumentam que as empresas esperam que a informação divulgada seja um sinal para os mercados, favorecendo a inversão na tendência negativa da sua rendibilidade. O setor de atividade em que cada empresa se insere, por sua vez, influencia também a tomada de decisão relativamente à divulgação de informação, na medida em que os custos políticos e fiscais, os custos com desvantagens competitivas e outros custos com a informação voluntária variam em função da indústria (Meek *et al.*, 1995, referidos por Matos, 2010).

## **5.2. Relato Integrado**

Como referido atrás, a prestação de contas tradicional baseia-se no Relatório e Contas, cujo objetivo é fornecer informação fundamentalmente de natureza económica e financeira, suportada nas demonstrações financeiras, sobretudo aos *shareholders*, os detentores do capital, ou seja, os acionistas. Mas as empresas estão inseridas numa comunidade e não podem alhear-se do meio envolvente, por conseguinte as suas obrigações não se podem cingir aos *shareholders*; elas devem ter em mente todas as partes interessadas na vida da empresa, os *stakeholders*, e divulgar informação pertinente e diversificada.

O Relato Integrado surge da necessidade de dar resposta ao desafio colocado às organizações de divulgar informação financeira e não financeira de forma estruturada e acessível. “Apesar do aumento no volume e na frequência das informações divulgadas pelas empresas, o facto de os investidores em ações terem acesso a mais dados não se traduziu necessariamente numa visão mais abrangente sobre as empresas. Os relatos integrados solucionam esse problema incentivando as empresas a integrar informações sobre o seu desempenho financeiro e ESG (*environmental social governance*) num único relatório, que inclui apenas as métricas mais notáveis ou importantes” (Gore 2011).

Segundo Pinto e Bandeira (2013, p.168), a evolução no domínio do relato revela falta de articulação e de coesão, tendo-se tornado o relato financeiro cada vez mais longo e detalhado e proliferando os relatórios de sustentabilidade em separado: “Apesar da divulgação extensa, ainda não foi demonstrado, de forma integrada, a interdependência de pontos críticos no desempenho das organizações, particularmente no que se refere às interações entre fatores financeiros e não financeiros”. De acordo com as autoras, torna-se necessário um tipo de relato mais conciso, menos caro e que

seja integrado, que condense relatórios dispersos, que reúna informação sobre *corporate governance* e sustentabilidade financeira, evidenciando a interligação entre as duas dimensões.

No âmbito desta abordagem mais integrada e equilibrada do relato, começa a ganhar cada vez mais relevância o tema do Relato Integrado. A necessidade de divulgação de informações financeiras e não financeiras, de uma forma menos complexa e numa perspetiva de pensamento integrado, conduz a um novo modelo - o relato integrado, que agrega no mesmo documento as demonstrações financeiras, as informações relativas às práticas de responsabilidade social, as informações ambientais e as referentes ao desenvolvimento sustentável.

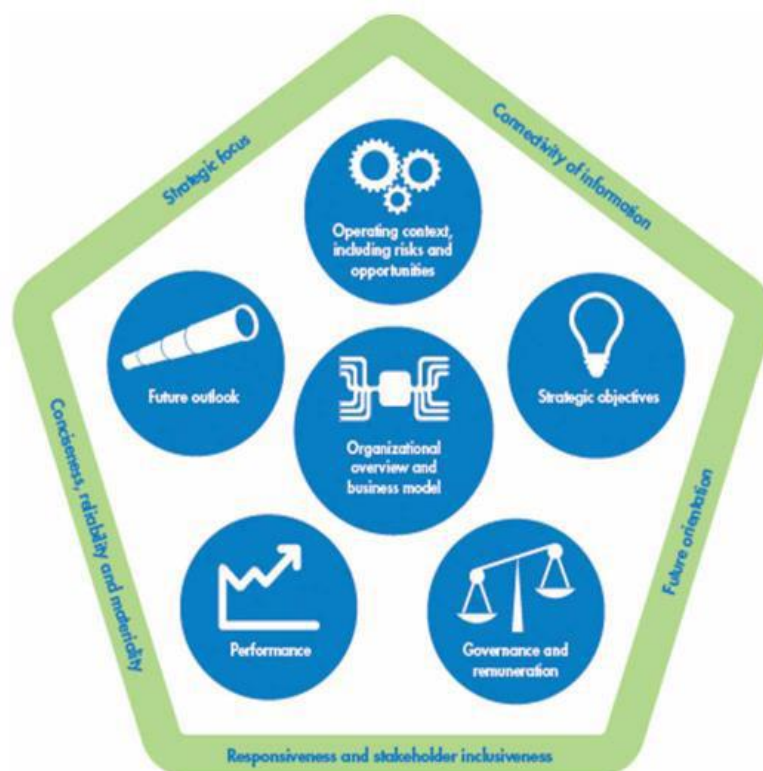
O relato integrado é um meio mais abrangente e coeso de divulgação de informação relevante sobre o desempenho da organização e, quando necessário, pode ser complementado com outros documentos mais específicos e detalhados, dependendo das necessidades de cada *stakeholder* (Pinto e Bandeira, 2013).

Os relatórios integrados ainda estão em fase inicial de difusão e de implementação um pouco por todo o mundo. O processo de divulgação por parte das empresas ou organizações é de carácter voluntário, não havendo ainda uma diretiva que o torne obrigatório.

Em 2010, é criado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), “uma coligação global de reguladores, investidores, empresários, organismos de normalização, profissionais de contabilidade e organizações não governamentais”, que partilham a visão segundo a qual “a comunicação sobre a criação de valor deverá ser o próximo passo na evolução do relato” e cuja missão é “estabelecer como norma um relato e um pensamento integrado na prática dominante do negócio no setor público e no privado.”

De acordo com Owen (2013), o IIRC define o relato integrado como o conjunto de informação relativamente às estratégias da empresa, à *governance*, à *performance* e às perspetivas que refletem contextos comerciais, sociais e ambientais onde opera.

Em 2011, é publicado um documento com os princípios orientadores e as componentes essenciais que conferem coerência e eficácia ao relatório integrado, representados na figura abaixo.



**Figura 5 - An international integrated reporting framework 2013. Fonte: Gareth Owen, página 347 retirado de *An international integrated reporting framework*. Source: The IIRC Draft Discussion Paper (2013, p. 7).**

As seis componentes essenciais presentes na figura são:

1. Perspetivas futuras - o que se pretende com a introdução do relato integrado;
2. Contexto operacional, incluindo os riscos e as oportunidades (o conhecimento do contexto em que a organização que elabora o relato integrado se integra é fundamental, para se poder controlar os riscos e criar oportunidades);
3. Objetivos estratégicos—é necessário um plano com a estratégia definida e os objetivos a alcançar;
4. Resumo organizacional e modelo de negócio – a organização pressupõe um modelo traçado de acordo com as suas características e objetivos;
5. *Performance* - é uma componente fundamental na elaboração de um relato integrado;
6. *Governance* e Remuneração - os modelos de *Governance* e as remunerações aos colaboradores são elementos fundamentais para o equilíbrio da organização.

Segundo Owen (2013), o RI combina os princípios da gestão de desempenho com estratégia, risco, *governance* e financiamento, bem como princípios de auditoria e controlo interno. Com um prazo mais longo e uma visão mais sustentável do negócio, o RI implica uma síntese maior de informações quantitativas e qualitativas, favorecendo

uma imagem mais rica do desempenho e perspectivas da organização e mais lúcida dos negócios.

Partindo do pressuposto de que todas as organizações dependem de várias formas de capital para alcançarem o sucesso, a Estrutura Internacional para Relato Integrado (publicada em dezembro de 2013) apresenta a classificação de capitais que a seguir se descreve, salientando, porém, que a adoção desta classificação não é obrigatória para as organizações que optem pelo relato integrado:

- Capital financeiro - conjunto de recursos disponíveis na empresa destinados à produção de bens ou prestação de serviços, obtido sob a forma de financiamento ou decorrente de investimentos realizados;
- Capital manufaturado - conjunto de objetos físicos manufaturados disponíveis para uso na produção de bens ou prestação de serviços (prédios, equipamentos, infraestruturas, por exemplo), onde se incluem ativos para venda ou, quando retidos, para uso próprio;
- Capital intelectual – conjunto de intangíveis organizacionais baseados no conhecimento, entre eles a propriedade intelectual (patentes, direitos autorais, *software*, direitos e licenças) e o “capital organizacional” (conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos);
- Capital humano – recursos humanos da organização, compreendendo as competências, capacidades, experiência e motivação para a inovação das pessoas (incluindo o seu alinhamento com o governo da organização, o apoio na gestão de conflitos, os valores éticos, a capacidade de desenvolver e implementar a estratégia da organização, a lealdade e vontade de melhorar processos, bens e serviços);
- Capital social e relacional – abrange as instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, partes interessadas e outras redes (inclui valores e comportamentos comuns, relacionamentos com as principais partes interessadas e relações de confiança com partes interessadas exteriores, intangíveis associados com a marca e a reputação alcançada pela organização e licença social para operar);
- Capital natural – conjunto de recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços (água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e qualidade do ecossistema)

Em 2014, o IIRC e o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) trabalharam em conjunto na promoção do relato de sustentabilidade e na comunicação

do seu valor aos investidores, visando aumentar a eficiência e reduzir a duplicação de informação. Aperfeiçoando as diretrizes existentes e criando novas, o SASB e o IIRC propõem-se compatibilizar as suas normas, no sentido da harmonização e de uma melhor divulgação por parte das empresas da sustentabilidade na área da materialidade (SASB e IIRC, 2014).

## **6. Referenciais de Responsabilidade Social e *Corporate Governance***

Apresentam-se a seguir três iniciativas que constituem referenciais na área da cidadania empresarial e que são hoje seguidos por milhares de organizações em todo o mundo na elaboração dos seus relatórios de divulgação. A *corporate governance* e a responsabilidade social são incentivadas através da partilha de boas práticas e políticas, da promoção do diálogo e da cooperação *multistakeholder*.

### **6.1. GRI**

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização internacional independente, sem fins lucrativos, pioneira nos relatos de sustentabilidade, cujas normas são globalmente adotadas. A GRI assume como missão facilitar às organizações a tomada de decisões, com base na criação de valor social, ambiental e económico. Usando esta ferramenta, as empresas podem melhor compreender e comunicar o impacto das suas atividades em áreas críticas como as alterações climáticas, os direitos humanos, a governabilidade ou o bem-estar social. Os Relatórios de Sustentabilidade elaborados com base nas diretrizes GRI são o resultado dos contributos dos *stakeholders* e estão focados no interesse público.

Os relatórios de sustentabilidade assentam em três pilares: o desempenho económico, o desempenho ambiental e o desempenho social das organizações.

A organização deu os primeiros passos em 1997 e a primeira versão do referencial GRI, a *framework* G1, data de 2000, tendo sido adotada por 50 organizações. Em 2002, foi disponibilizada uma segunda geração de *guidelines*, a G2, que foi adotada por 150 organizações. Desde então, tem evoluído e tem-se espalhado à escala global, sendo cada vez em maior número as organizações que adotam as suas normas.

Em 2017, de acordo com os dados *KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting*, 89% das 250 maiores empresas do mundo elaboraram os seus relatórios de sustentabilidade tendo por referência as GRI e são produzidos relatórios GRI em mais de 100 países. Os referenciais desenvolvidos pela *Global Reporting Initiative* são, em

matéria de sustentabilidade, aqueles que se encontram mais acreditados, difundidos e utilizados no mundo (Pinto, 2014).

A versão mais recente das GRI Standards, a quinta, é a G4, cujas diretrizes estão apresentadas em duas partes:

- *Princípios para Relato e Conteúdos Padrão;*
- *Manual de Implementação.*

As Diretrizes GRI contemplam princípios, conteúdos e instruções de implementação e nelas intervieram trabalhadores e representantes de empresas, auditores e especialistas de diversas áreas, agências reguladoras e governamentais, mercados financeiros e sociedade civil.

Depois de dezembro de 2015, os relatórios deverão ser elaborados de acordo com as Diretrizes GRI 4.

Um dos princípios fundamentais em que se baseiam os relatórios de sustentabilidade elaborados de acordo com as diretrizes GRI é o princípio da materialidade, que determina o conjunto de aspetos mais relevantes para a organização, aqueles que refletem os impactos mais significativos a nível económico, ambiental ou social ou que influenciam substancialmente a avaliação e a tomada de decisão dos *stakeholders*.

Além da materialidade, outros princípios são determinantes na definição do conteúdo do relatório: inclusão de *stakeholders* (envolvimento das partes interessadas), contexto da sustentabilidade (o desempenho da organização deve ser contextualizado em relação à sustentabilidade num sentido mais lato, por exemplo, informando sobre a magnitude do impacto da organização e da sua contribuição) e abrangência (âmbito, limite e tempo).

Por sua vez, a qualidade da informação relatada e a apresentação da mesma deve ter por base os seguintes princípios: equilíbrio (informação favorável e informação desfavorável também), comparabilidade (o desempenho deve ser comparado com o desempenho de anos anteriores e, se possível, com o de outras organizações), precisão (informações exatas e suficientemente detalhadas), periodicidade (divulgação atempada e regular), clareza (informações compreensíveis e acessíveis às partes interessadas) e fidedignidade (a credibilidade das informações e a aplicação dos princípios pode ser verificada).

As Diretrizes GRI distinguem dois tipos de conteúdos - padrão: gerais e específicos. Os conteúdos padrão gerais são:

- Estratégia e Análise;
- Perfil Organizacional;
- Aspetos Materiais Identificados e Limites;
- Envolvimento de *Stakeholders*;
- Perfil do Relatório;
- Governança;
- Ética e Integridade.

Os conteúdos padrão específicos são:

- Informações sobre a Forma de Gestão;
- Indicadores.

Os indicadores fornecem informações sobre o desempenho ou impactos económicos, ambientais e sociais da organização e enquadram-se em categorias, como se pode observar na tabela:

CATEGORIA ECONÓMICA		CATEGORIA AMBIENTAL	
<ul style="list-style-type: none"><li>- Desempenho Econômico</li><li>- Presença no Mercado</li><li>- Impactos Econômicos Indiretos</li><li>- Práticas de Compra</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>- Materiais</li><li>- Energia</li><li>- Água</li><li>- Biodiversidade</li><li>- Emissões</li><li>- Efluentes e Resíduos</li><li>- Produtos e Serviços</li><li>- Conformidade</li><li>- Transportes</li><li>- Geral</li><li>- Avaliação Ambiental de Fornecedores</li><li>- Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com impactos ambientais</li></ul>	
CATEGORIA SOCIAL			
PRÁTICAS LABORAIS	DIREITOS HUMANOS	SOCIEDADE	RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO
<ul style="list-style-type: none"><li>- Emprego</li><li>- Relações laborais</li><li>- Saúde e Segurança</li><li>- Formação e educação</li><li>- Diversidade e Igualdade de Oportunidades</li><li>- Igualdade remuneratória por género</li><li>- Avaliação de fornecedores em práticas laborais</li><li>- Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com práticas laborais</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Investimentos</li><li>- Não discriminação</li><li>- Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</li><li>- Trabalho Infantil</li><li>- Trabalho Forçado</li><li>- Práticas de Segurança</li><li>- Direitos Indígenas</li><li>- Avaliação</li><li>- Avaliação de Fornecedores em DH</li><li>- Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com DH</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Comunidades Locais</li><li>- Combate à Corrupção</li><li>- Políticas Públicas</li><li>- Concorrência Desleal</li><li>- Conformidade</li><li>- Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade</li><li>- Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactos na Sociedade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Saúde e Segurança do Cliente</li><li>- Rotulagem de Produtos e Serviços</li><li>- Comunicações de Marketing</li><li>- Privacidade do Cliente</li><li>- Conformidade</li></ul>



A verificação externa (submissão do relatório a uma entidade externa que os verifica e atesta através de uma Declaração de Verificação Externa) é considerada uma mais valia, embora não constitua um requisito obrigatório para que o relatório esteja “de acordo” com as Diretrizes. Se existir, essa declaração da entidade externa deverá integrar o relatório.

As normas GRI estão articuladas com os “Dez Princípios do Pacto Global”, com as “Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais” e com os “Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas”.

A organização GRI desempenhou um papel ativo no processo *multistakeholder* internacional da ISO 26000 desde o início e reconhece o contributo valioso que estas orientações dão às empresas e organizações no âmbito das boas práticas e da sustentabilidade.

## **6.2. Global Compact**

O *Global Compact*, programa da ONU, desenvolvido pelo secretário-geral Kofi Annan (1997-2007), tem por objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações laborais e meio ambiente. Determina que as empresas devem contribuir para a criação de uma estrutura sócio ambiental consistente, em mercados livres e abertos, garantindo a todos os benefícios da economia global, através do respeito de dez princípios básicos, que a seguir se enumeram:

1. Apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
2. Assegurar-se da não participação em violações desses direitos;
3. Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil;
6. Apoiar a igualdade de remuneração e a eliminação da discriminação no emprego;
7. Adotar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;

9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis;
10. Atuar contra qualquer forma de corrupção, incluindo a extorsão e o suborno.

Os princípios incluídos no *Global Compact* abarcam as matérias mais urgentes e representam um avanço na promoção de boas práticas de responsabilidade social.

### **6.3. AA 1000 APS (2008)**

O standard AA 1000, com a norma AA 1000 *Assurance Principles Standards* (2008) e a AA 1000 SES, enquadra-se numa estratégia de sustentabilidade na medida em que articula a visão interna com a visão externa na identificação das responsabilidades a assumir pela organização.

No seu compromisso com a sustentabilidade, as organizações encontram na norma AA1000APS (2008) o enquadramento e os princípios que lhes permitem implementar, avaliar e comunicar a prestação de contas. A norma obriga ao envolvimento das partes interessadas e pressupõe responsabilidade e transparência nas políticas assumidas e na divulgação dos seus impactos.

Os três princípios da norma são os seguintes: Princípio base da Inclusão, Princípio da Relevância e Princípio da Responsabilidade. A inclusão consiste no envolvimento das partes interessadas; a relevância consiste na determinação do que é materialmente relevante para a organização; a responsabilidade consiste na capacidade de resposta às preocupações dos *stakeholders* e concretiza-se nas decisões tomadas, ações desenvolvidas, desempenho e comunicação.

## **Capítulo II – METODOLOGIA**

## **1. Introdução**

Neste capítulo apresentar-se-á de forma sucinta o percurso efetuado e o processo que conduziu a este estudo, processo esse que sofreu ajustamentos ao longo das várias etapas em função de constrangimentos não previsíveis.

Depois de apresentados os objetivos (geral e específicos) do estudo e definidas as questões de investigação, far-se-á uma abordagem ao tipo de estudo e aos métodos e técnicas utilizados, tendo por base alguma revisão da literatura sobre metodologia da investigação. Por fim, apresentar-se-á a amostra.

## **2. Objetivo geral e objetivos específicos do estudo**

Pretende-se com este estudo compreender de que forma seis empresas portuguesas cotadas em bolsa incorporam a responsabilidade social na sua estratégia e analisar o modo como têm divulgado a sua prestação nas vertentes social e ambiental no período entre 2013 e 2017.

Os objetivos específicos que explicitam o objetivo geral e definem os pontos a abordar são os seguintes:

- Analisar a importância atribuída pelos grupos empresariais ao exercício da responsabilidade social e ambiental;
- Averiguar se as empresas adotam um código de ética e, em caso afirmativo, como o divulgam;
- Identificar os *stakeholders* considerados relevantes para cada grupo e os mecanismos de interação implementados;
- Identificar o tipo de relato privilegiado e os referenciais usados;
- Analisar a evolução verificada no período em estudo no âmbito da divulgação de informação;
- Conhecer iniciativas ilustrativas da prestação das empresas no âmbito do desenvolvimento do capital humano, social e relacional, intelectual e natural.

## **3. Questões de investigação**

Foram definidas seis questões de investigação, a saber:

- Na divulgação do seu desempenho, que importância é atribuída por estas empresas à responsabilidade social e ambiental?

- A que partes interessadas se aplica o código de ética, se adotado, e como é divulgado?
- Quais os destinatários privilegiados da divulgação de informação?
- Que tipos de relatórios são usados na divulgação de informação?
- Em que referenciais assenta a divulgação de informação?
- Como se concretiza o exercício da responsabilidade social em áreas como a proteção ambiental, benefícios dos colaboradores, interação com a comunidade, formação, segurança e saúde e inovação e conhecimento?

#### **4. Tipo de estudo**

Do ponto de vista do objetivo a alcançar, predomina neste estudo a pesquisa exploratória, favorecedora de uma maior familiaridade com o tema, que, segundo Reis (2018, p.77) “procura elaborar estudos no terreno baseando-se na observação de situações reais procurando obter novos conhecimentos (...) com o objetivo de formular problemas mais precisos ou pertinentes a estudos posteriores...”.

Do ponto de vista da abordagem da temática, privilegiou-se a pesquisa qualitativa, que “leva em conta que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números e não requer a utilização de métodos estatísticos” (Reis 2018, p. 78) e que visa a compreensão e análise dos resultados sem formulação de hipóteses.

Para Meirinho e Osório (2010), a lógica na investigação qualitativa é a da construção do conhecimento e não a da descoberta de conhecimento característica da investigação quantitativa. Do ponto de vista epistemológico, os autores referem Stake (1999) para quem a realidade não pode ser descoberta, mas sim interpretada e construída.

Segundo Yin (2011), a pesquisa qualitativa é hoje adotada, senão mesmo dominante, em diferentes domínios académicos e profissionais. Também na área da Contabilidade, o paradigma de investigação tem vindo a sofrer alterações que conduziram a uma interdisciplinaridade entre saberes provenientes de diversas ciências; como referem Silva e Silva (2013, p. 1048): “...a investigação em Contabilidade tem vindo a transpor as barreiras tradicionais que derivam do paradigma positivista com origem nos Estados Unidos.” Os autores destacam o contributo preponderante de Anthony Hopwood, pioneiro no desenvolvimento da investigação “social” em contabilidade.

Silva e Melo (2013, p. 266) referem que “os métodos qualitativos recorrem a técnicas associadas à recolha, análise, interpretação e apresentação de informação narrativa”. Citando Chizzotti (2003), os referidos autores explicam que a abordagem qualitativa “abrange, atualmente, um campo transdisciplinar, compreendendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou *multiparadigmas* de análise e adotando *multimétodos* de investigação (...)”.

De acordo com Meirinhos e Osório (2010), a metodologia qualitativa está associada a uma perspetiva mais interpretativa e construtivista.

No âmbito das abordagens alternativas (embora cada vez menos assim designadas, como os próprios autores o referem) em Contabilidade de Gestão, Silva e Silva (2013, p. 1050) descrevem a investigação interpretativa, que se socorre de métodos qualitativos, como uma abordagem que “procura compreender a natureza social das práticas contabilísticas”, não pretendendo “generalizar nem prever fenómenos futuros com base nos estudos presentes, mas tão só perceber os acontecimentos do dia a dia, as estruturas sociais, assim como os significados que lhes são atribuídos pelas pessoas”. Ainda de acordo com os autores, “Os resultados deste tipo de investigação normalmente apresentam um relato de situações concretas, possibilitando interpretações várias que são testadas.”

Em Silva e Silva (2013), encontramos uma breve apresentação dos métodos qualitativos mais utilizados, a saber: a entrevista, a observação, os documentos e textos escritos, e os registos áudio e vídeo. A análise de conteúdo de dados documentais foi o instrumento escolhido por se entender como o mais adequado ao estudo em causa. Inicialmente estava previsto recorrer-se também ao método da entrevista, pela complementaridade que proporcionaria e porque o recurso a vários métodos favorece “a triangulação metodológica permitindo uma validação do estudo e uma maior robustez do mesmo” (Modell, 2009, citado por Silva e Silva 2013, p. 1061) mas não foi possível concretizá-lo. A análise documental envolveu material publicado (na internet, artigos de periódicos, relatórios, legislação...).

Estrategicamente, o presente estudo enquadra-se também na tipologia de estudo de caso (múltiplo, uma vez que se trata da investigação de mais do que uma organização), “uma forma de se fazer trabalho empírico ao investigar um fenómeno atual dentro do seu contexto real, onde as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são utilizadas” (Reis 2018, p. 116).

Citando MacLeod et al. (2011), Silva (2015, p. 86) afirma o seguinte: “Embora a investigação de estudos de casos não obtenha as conclusões estatisticamente significativas que os estudos empíricos controlados geram, ela fornece descrições ricas de interações e práticas sociais, revela o conhecimento e as perspectivas dos participantes organizacionais e produz uma profunda compreensão de um fenómeno no seu contexto”.

De acordo com Silva e Silva (2013, p. 1061), “os métodos de *per si* permitem obter a informação necessária num caso de estudo que, apesar de não permitir uma generalização dos *findings*, permite um contributo para a consolidação do conhecimento científico.”

Reis (2018, p. 117) sintetiza desta forma os principais objetivos dos estudos de caso:

- “Apreender a totalidade de uma situação resultante de reunião de informação detalhada que auxilia o investigador num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado;
- Expandir e propagar teorias de forma a se retirarem conclusões sobre a possível generalização dos factos;
- Explorar situações de contexto real cujos limites não estão claramente definidos;
- Sustentar o carácter unitário do objeto estudado;
- Formular hipóteses ou desenvolver teorias;
- Explicar as variáveis causais do fenómeno em estudo.”

Segundo Meirinhos e Osório (2010), o entendimento de uma maioria de autores é de que nos estudos de caso predominam as características da investigação qualitativa.

Por fim, uma referência aos métodos científicos que fornecem as bases lógicas à investigação. Torna-se difícil seleccionar com clareza um método, uma vez que as possibilidades de análise são maiores quando se conciliam vários métodos e as abordagens metodológicas não são estanques. No entanto, neste tipo de estudo privilegiou-se, por um lado, o método indutivo que “parte da observação dos factos particulares de casos da realidade concreta para alcançar uma proposição generalizada da realidade empírica” (Reis 2018, p. 18) e, por outro, partiu-se também do pressuposto que os dados devem ser interpretados no contexto social, político e económico e que uma pesquisa qualitativa emprega também o método dialético, “método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, que se fundamenta “ na dialética proposta por

Hegel, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução” (Silva e Menezes 2005, p. 27).

## **5. Definição da amostra**

A amostra do estudo, amostra intencional selecionada pelo tipo, é constituída por seis grupos empresariais portugueses cotados em bolsa, com presença internacional consolidada ou em fase de expansão: Altri, EDP, Galp, Martifer, Mota-Engil e REN. Operando em setores diferentes de atividade, têm em comum o facto de estarem todos associados também ao setor da energia. O período a que se reporta o estudo é o compreendido entre 2013 e 2017.

Em suma, é a metodologia que operacionaliza o estudo e entendemos que a metodologia adotada é a que melhor se adequa aos objetivos delineados para este estudo. Os dados recolhidos e a seguir analisados resultaram de uma abordagem qualitativa que assenta no pressuposto de que o conhecimento se vai construindo com múltiplos contributos.



## **Capítulo III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

## 1. Recolha de dados

Procedeu-se a uma análise documental, recolhendo a informação dos Relatórios e Contas, Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios Integrados, *websites* institucionais e publicações, quando disponíveis.

### 1.1. Caracterização sumária das empresas

O quadro abaixo sistematiza um conjunto de informações sobre os grupos do estudo, designadamente: ano de fundação, setor(es) de atividade, principais produtos e áreas de atividade, nº de empregados e presença internacional.

Designação	ALTRI	EDP	GALP	MARTIFER	MOTA-ENGIL	REN
Ano de Fundação	2005 <sup>1</sup>	1976	1999	1990	1946	1994
Setor	Papel Energia	Energia	Indústria do petróleo Energia	Construção metálica Energia	Construção civil Energia	Energia
Produtos / Áreas de negócio	Papel; Biomassa; Cogeração; Branqueamento da polpa da madeira; Renováveis	Energia elétrica; Gás natural; Renováveis	Exploração e produção de petróleo e gás; Refinação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos; Comercialização de gás natural e eletricidade	Construção metalomecânica; Fachadas em alumínio e vidro; Infraestruturas para oil e gas; Indústria naval; Renováveis	Engenharia e construção; Ambiente; Logística; Turismo; Operação de infraestruturas de transportes; Produção de energia (centrais hidroelétricas); Valorização de resíduos e valorização energética (biogás)	Transporte e de eletricidade em alta tensão; Gestão técnica do Sistema Elétrico nacional; Transporte e de gás natural; Gestão técnica do Sistema de Gás Natural; Renováveis
Cotação	Euronext (PSI-20)	Euronext (PSI-20)	Euronext (PSI-20)	Euronext	Euronext (PSI-20)	Euronext (PSI-20)
Empregados	729	12. 000	6. 389	2.000	29.860	603
Presença Internacional (Nº Países em 2017)		Europa: 8 América: 4 Ásia: 1 África: 1	Europa: 2 África: 7 América do Sul: 1 Ásia: 1	Europa: 6 África: 3 Ásia: 1	Europa: 6 África: 14 América do Sul: 8	Europa: 1 América do Sul: 1

<sup>1</sup> Como resultado do processo de reestruturação da Cofina, através de um *spin-off* dos ativos industriais da Cofina.

**Fonte: Elaboração Própria**

## **1.2. Divulgação de informação: desempenho social e ambiental**

A divulgação de informação voluntária por parte das empresas pode representar um sinal diferenciador e a gestão equilibrada da informação divulgada pode ser um instrumento de competitividade, retribuindo benefícios económicos à empresa.

### **1.2.1. Tipo de relatório e referenciais usados**

As opções dos grupos face ao tipo de relatório adotado e os princípios e referenciais privilegiados no relato podem ser observadas no Apêndice 1. Com este levantamento, pretende-se simultaneamente retratar a evolução ocorrida ao longo do período em estudo no que diz respeito ao tipo de relatório usado.

### **1.2.2. Aspetos de desempenho social e ambiental: evolução no tempo**

Além dos relatórios sobre o desempenho das empresas (Relatórios e Contas e Relatórios de Sustentabilidade), foram consultadas outras fontes de informação disponibilizadas (*sites*, revistas, brochuras, relatórios setoriais, etc). Os tópicos aqui listados coincidem com os aspetos GRI, mas a análise por indicadores que exigem dados absolutos ou mais específicos será feita adiante. A ótica agora presente é uma ótica comparativa, pretendendo-se somente analisar a evolução no reporte da informação ambiental e social entre 2013 e 2017.

Um dos objetivos deste trabalho é analisar a relevância que a divulgação de informação relacionada com os tópicos de sustentabilidade assume na estratégia empresarial. Numa primeira análise não se atendeu à quantidade e grau de rigor da informação divulgada, apenas se verificou se os tópicos eram ou não abordados e, como tal, considerados materialmente relevantes. (Consultar Apêndice 2).

### **1.2.3. Indicadores GRI**

No levantamento da informação divulgada com base no referencial GRI (aspetos/indicadores), teve-se apenas em conta o relatório de 2017, uma vez que, por ser o mais recente do período em estudo, reflete a evolução do grupo ao nível da divulgação do seu desempenho ambiental e social.

Com exceção do grupo Mota-Engil, que adota o referencial GRI apenas para a categoria ambiental, e do grupo Martifer, que não faz qualquer referência a esse padrão internacional, as restantes empresas tiveram em consideração na elaboração do relatório as normas de reporte GRI. Mas há diferenças a registar:

- ALTRI - O relatório não se faz acompanhar de uma tabela de correspondência entre os conteúdos e os referenciais GRI e não foi submetido a verificação externa;
- EDP - O relatório está de acordo com os princípios (conteúdos e qualidade) expressos pelas orientações GRI Standards – “Opção Abrangente” e a verificação externa tem o nível "Razoável" para um conjunto de 31 indicadores chave e "Limitada" para o restante conteúdo; a tabela lista ainda os indicadores específicos do Protocolo do Setor Elétrico da G4, assumindo prazos para a implementação dos indicadores onde ainda não foi possível o cumprimento integral e, em simultâneo, a informação reportada está de acordo com os 10 princípios da *Global Compact*, demonstrando o compromisso EDP com esta iniciativa;
- GALP – O relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes GRI, na opção “De Acordo – Abrangente”, incluindo as diretrizes do suplemento *Oil&Gas* e de acordo com os princípios do *Global Compact*; foi submetido a verificação externa, mas não há indicação do nível (“Limitada” ou “Razoável”);
- MARTIFER – Embora não sejam referidas no Relatório de Sustentabilidade as diretrizes por que se regeu, há informações que coincidem com os indicadores GRI, pelo que se inclui nesta análise;
- MOTA-ENGIL – Apenas o desempenho ambiental é apresentado de acordo com as diretrizes GRI, embora não tenha sido submetido a verificação externa; o grupo reconhece o progresso efetuado no reporte e divulgação ambiental e propõe-se futuramente alargá-lo às outras dimensões;
- REN - O relatório está de acordo com as diretrizes GRI, opção de conformidade “Abrangente”, e com o suplemento para o setor elétrico; foi verificado por entidade externa, embora sem indicação do nível (“Limitada” ou “Razoável”).  
(Consultar Apêndices 3.1 a 3.5.)

#### **1.2.4. Ações desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social e Ambiental (alguns exemplos)**

Selecionaram-se algumas ações (4 por área) que os grupos têm desenvolvido ou compromissos que assumiram no exercício da sua responsabilidade social e ambiental, agrupados pelas seguintes áreas temáticas: Proteção Ambiental, Interação e Apoio à

Comunidade, Benefícios a Colaboradores, Formação, Saúde e Segurança e Investigação e Desenvolvimento. (Consultar Apêndices 4.1 a 4.6).

Estas áreas são entendidas como fundamentais na visão e valores dos vários grupos empresariais e enquadram-se no desenvolvimento dos capitais humano, social e relacional, intelectual e natural da organização. Aqui referir-nos-emos apenas a um exemplo de cada categoria para cada empresa.

Assim, no que diz respeito à Proteção Ambiental, destacaríamos os seguintes:

- Altri – uso de matéria-prima renovável (94%);
- EDP – Produção de apenas 1% de resíduos perigosos;
- Galp - Líder (2017) no ranking mundial, categorias de «Estratégia climática» e «Eficiência eco-operacional»
- Martifer – Redução gradual dos resíduos e aumento da valorização dos resíduos produzidos (em 2016/2017, apenas 4% dos resíduos produzidos foram enviados para eliminação);
- Mota-Engil – Redução do consumo de combustível da frota ferroviária (Takargo instalou novos testeiros em vagões afetos ao transporte de madeira);
- REN – Redução de emissões de GEE, em particular SF6;

No âmbito da Interação/ Apoio à comunidade evidenciamos os seguintes exemplos:

- Altri – Participação da Celbi, em parceria com outras instituições, na limpeza do areal da praia da Leirosa;
  - EDP – Programa EDP Solidária (Saúde, Inclusão Social e Educação);
  - Galp – “Terra de Esperança” (parceria com a ANEFA para reflorestar áreas atingidas pelos incêndios);
  - Martifer – Apoio às vítimas dos incêndios;
  - Mota-Engil – Programa Mobilidade Integrada (apoio a cidadãos com deficiência e mobilidade condicionada);
  - REN – Prémio Agir (dedicado à inserção laboral de pessoas com deficiência);
- Quanto à categoria Benefícios a Colaboradores, destacamos os seguintes:
- Altri – “Voltar a estudar” (visa promover e facilitar o estudo para aquisição de conhecimento e melhoria de desempenho);
  - EDP - Benefícios comuns a praticamente todas as geografias (acesso a sistemas de proteção e cuidados de saúde complementares aos serviços públicos de saúde

de cada país e planos complementares de reforma, seguros de acidentes pessoais e de vida);

- Galp - Plano para a Igualdade para 2018 (igualdade de género);
- Martifer – *Move Martifer Gym*;
- Mota-Engil - Programa de Bolsas de Estudo (estudantes do ensino superior, filhos de colaboradores do Grupo com menos recursos económicos e que tenham obtido bom aproveitamento escolar);
- REN - Programa de benefícios flexíveis (planos de pensões, seguros de vida, despesas de saúde e bem-estar, seguro de baixa por doença, seguro de acidentes pessoais, seguro de vida para crédito habitação, seguro de saúde para o próprio e família, plano de eletricidade, despesas de educação e creches, passe social e campos de férias);

No que diz respeito à Formação, são de salientar:

- Altri - Formação em segurança (sala de formação móvel, assente numa carrinha adaptada equipada com um sistema de vídeo e som);
- EDP - Investimento de 308.320 euros em formação externa em entidades de ensino de referência (pós-graduações ou mestrados);
- Galp - Mestrado em Engenharia do Petróleo (desenvolvido pelo Instituto de Petróleo e Gás em parceria com a Universidade Heriot-Watt, na Escócia);
- Martifer - Formação industrial (formações direcionadas para áreas técnicas, tais como soldadura, serralharia, pintura, manutenção, entre outras);
- Mota-Engil - Apoio ao projeto “Arco Maior”, (promovido pela Universidade Católica do Porto e pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e envolvendo ainda em parceria o Ministério da Educação, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e várias outras entidades, visa a integração dos jovens em processo efetivo de abandono escolar);
- REN - Campus REN (desenvolvimento integral do capital humano);

Relativamente à Segurança e Saúde, realçamos os seguintes:

- Altri - Posto Médico, com Médico do Trabalho e serviço de enfermagem (a funcionar adequadamente, equipado com moderno equipamento de diagnóstico e tratamento e aberto também à comunidade);

- EDP - Sistema Corporativo de Gestão da Segurança (baseado na norma OHSAS 18001:2007 e na recomendação ILO-OSH 2001 da Organização Internacional do Trabalho);
- Galp - Minimização do impacto do envelhecimento da população, dos estilos de vida mais sedentários e dos elevados níveis de *stress*, ou de outro fator específico das áreas geográficas onde opera como, por exemplo, epidemias, doenças contagiosas e comportamentos de risco;
- Martifer - Rastreios visuais “Como vai a tua visão?”;
- Mota-Engil - Formação em *standards* de gestão da segurança das equipas e implementação de medidas de autoproteção;
- REN - Sinistralidade (a meta estabelecida para o índice de gravidade -menor ou igual a 280 dias perdidos por milhão de horas trabalhadas - foi atingida);  
Por fim, na área da Investigação e Desenvolvimento, damos destaque:
- Altri – A Celtejo promove projetos como Polypulp e Thermocel (em cooperação com universidades portuguesas e financiados ao abrigo do P2020, visando, respetivamente, a produção de pasta para papel de alto valor acrescentado por incorporação de materiais poliméricos e a criação de um material composto de poliésteres biodegradáveis e celulose, com aplicações na área de embalagem);
- EDP - Fotovoltaico Flutuante -: projeto pioneiro em Portugal de central solar fotovoltaica flutuante, instalada na albufeira do rio Rabagão;
- Galp - Programa de Doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química (EngIQ) (em parceria com universidades portuguesas);
- Mota-Engil - Cátedra UNESCO em “Geoparques, Desenvolvimento Regional Sustentado e Estilos de Vida Saudáveis” (sediada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, funciona em cooperação com as Universidades Agostinho Neto de Angola, Nacional de Tucumán da Argentina, Regional do Cariri e Federal de Pernambuco do Brasil, Atacama do Chile, Complutense de Madrid, San Luís de Potosi do México e Eduardo Mondlane de Moçambique);
- REN - Centro de Investigação em Energia REN- State Grid, S.A. (R&D NESTER) - investimento na geração de conhecimento e em áreas de investigação aplicada específicas (promoção da energia limpa);

Com exceção do grupo Altri, de criação mais recente, resultante de um processo de cisão entre empresas, os restantes grupos estão implantados no mercado há 20 ou mais anos, com especial destaque para a Mota-Engil, que conta mais de setenta anos.

Estamos perante empresas de diversos setores de atividade (pasta de papel, construção civil, construção metálica, indústria do petróleo, energia), mas que desenvolvem também atividades no setor da energia (cinco no ramo das renováveis).

Com exceção da Martifer, todas as empresas integram neste momento o índice PSI – 20.

Com uma forte aposta na internacionalização, a EDP, a Mota-Engil, a Galp e a Martifer marcam presença em vários países e continentes; a REN está a iniciar o seu processo de internacionalização e a Altri é uma referência na produção europeia de pasta de papel, exportando 90% da sua produção e tendo como objetivo a liderança global na produção de pastas de eucalipto.

No que diz respeito à existência de um código de ética, verifica-se que todos os grupos dispõem de um código de ética (designado por “Código de Ética e de Conduta” em quatro grupos e por “Código de Conduta” noutro grupo) que contém os princípios e as normas de conduta por que se rege a organização e que deve nortear os comportamentos. O código de ética é assumido como um aliado da responsabilidade social empresarial e um instrumento de *corporate governance*, ao serviço da sustentabilidade

Segundo os Relatórios e Contas, os códigos foram amplamente divulgados junto das partes interessadas e estão acessíveis nos *websites* dos Grupos.

Com exceção do Grupo Martifer, que refere apenas os colaboradores, o código aplica-se também a prestadores de serviços e fornecedores (em dois casos, são também referidos os clientes e, num caso, ainda os representantes das comunidades que interagem com o grupo).

Relativamente ao envolvimento das partes interessadas, observa-se que as empresas identificam os grupos de *stakeholders* mais importantes para a sua atividade, mas apenas 3 empresas (EDP, GALP e REN) referem terem tido em consideração na elaboração do Relatório os princípios de inclusão, relevância e responsabilidade de *stakeholders*, constantes da norma da *AccountAbility*, AA1000 *AccountAbility Principles Standard* (AA1000APS 2008).

Na interação com os *stakeholders*, a Martifer refere vários canais de comunicação da empresa com as partes interessadas (comunicação unidirecional), mas



não clarifica os processos de auscultação (com exceção dos investidores, através do Gabinete de Apoio); nas restantes empresas, são referidos múltiplos mecanismos de auscultação e de comunicação/divulgação. De referir que todas os grupos publicam revistas (algumas de carácter mais técnico, outras mais abrangentes) e quatro (Altri/Celtejo, EDP, Martifer e Mota-Engil) possuem canais de televisão interna.

Na metodologia para determinação da materialidade, além da auscultação dos *stakeholders*, são referidas também fontes indiretas como, por exemplo: avaliação de fornecedores, serviços e matérias-primas (Altri), referenciais internacionalmente reconhecidos (Galp), fóruns de partilha de conhecimento (Mota-Engil), relatórios de pares (Ren).

Quanto ao relato, constatamos diferentes opções relativamente ao tipo de relatório adotado e damos conta da evolução ocorrida no período em estudo.

Assim, no que diz respeito ao relatório usado para divulgação de informação entre 2013 e 2017, verifica-se o seguinte:

- Comum a todos os grupos empresariais, é o Relatório e Contas segundo as IFRS/IAS (demonstrações financeiras);
- Todos os relatórios, com exceção dos Relatórios de Sustentabilidade da Martifer, têm uma periodicidade anual;
- Um Grupo (Altri) evoluiu de um Relatório e Contas com um pequeno capítulo dedicado à sustentabilidade (2 páginas) para um Relatório de Sustentabilidade (2017) com informações mais detalhadas sobre o desempenho social e ambiental;
- Um Grupo (Mota-Engil) publica um Caderno de Sustentabilidade que é parte integrante do Relatório e Contas, assumindo uma abordagem estratégica de relato único;
- Um Grupo (Galp) evoluiu, a partir de 2016, do Relatório de Sustentabilidade para o Relatório Integrado;
- Dois Grupos (EDP e REN) publicam Relatório Integrado.

Quanto aos referenciais usados na elaboração dos relatórios, não encontramos nenhuma referência à NCRF N° 26 – Matérias Ambientais (uma vez que, como referido atrás, esta norma não é obrigatória para empresas cotadas em bolsa), mas constatámos a presença dos princípios nela consignados. As empresas guiaram-se pelas orientações

GRI, com exceção da Martifer que não faz qualquer menção aos princípios orientadores por que se regeu.

No entanto, durante os cinco anos do período em estudo, apenas a EDP, a GALP e a REN prepararam os seus relatórios com base nesse referencial (versão GRI 4, a partir de 2014, no caso da EDP e da GALP, e a partir de 2015, no caso da REN). Além disso, estas empresas adotaram também os princípios da norma AA 1000 APS (2008) e os princípios do *Global Compact* e submeteram os seus relatórios (sustentabilidade) a auditoria externa.

A análise da abordagem nos relatórios a um conjunto de tópicos das vertentes social e ambiental permitiu avaliar a importância que a divulgação de informação sobre o desempenho ambiental e social assume na estratégia empresarial e os aspetos considerados materialmente relevantes.

Observa-se que três empresas (EDP, GALP e REN) abordam praticamente todos os tópicos das diversas categorias e fazem-no em todos os anos do período em análise. São empresas que desde cedo adotaram a metodologia e os princípios GRI.

A Mota-Engil aborda também a maioria dos tópicos, embora não tantos como as empresas anteriores, fazendo-o igualmente ao longo dos cinco anos.

A Altri apresenta uma evolução digna de nota, uma vez que passa a publicar em 2017 um Relatório de Sustentabilidade onde faz uma abordagem a uma maioria significativa de tópicos.

Relativamente à Martifer, os Relatórios de Sustentabilidade não são de tão fácil acesso como os dos restantes grupos (o *site* não disponibiliza um separador para “Sustentabilidade”) e a sua periodicidade não está clara (entre 2008 e 2011, foram publicados anualmente; após esse ano, estão disponíveis dois relatórios - 2015 e 2017, que se pressupõe abranjam dois anos, embora não seja explícita essa informação). O ano de 2013 aparece assinalado nos itens ambientais porque o relatório de 2015 apresenta alguns gráficos sobre a evolução no tempo desses indicadores. No global, os tópicos abordados são em menor número.

O quadro que se segue contém a percentagem de respostas aos indicadores GRI das categorias ambiental e social. Foram aqui contabilizados como respondidos os itens que, embora não aplicáveis à especificidade da organização, foram objeto de referência no relatório, no entanto há que ter em consideração a possibilidade de a resposta a esse tipo de item ter sido omitida no relatório, por ser entendida como desnecessária.

### Percentagem de Respostas

<b>Indicadores</b>	<b>Nº</b>	<b>ALTRI</b> (%)	<b>EDP</b> (%)	<b>GALP</b> (%)	<b>MARTIFER</b> (%)	<b>MOTA-ENGIL</b> (%)	<b>REN</b> (%)
Ambientais	34	56%	91%	85%	21%	53%	68%
Práticas Laborais	16	56%	88%	100%	25%	25%	100%
Direitos Humanos	12	25%	83%	67%		42%	83%
Sociedade	11	64%	82%	73%	9%	55%	82%
Responsabilidade pelo Produto	9	56%	89%	89%	-----	89%	78%

**Fonte: Elaboração Própria**

Considerando que o relato se foca nos temas materialmente mais relevantes, o quadro oferece-nos uma panorâmica das áreas que mereceram maior atenção para cada grupo e permite comparar os grupos entre si.

Por outro lado, o quadro reflete também a familiaridade com as diretrizes e metodologia GRI por parte de algumas empresas (EDP, GALP e REN), cujo relato tem vindo a seguir esse padrão internacional nos últimos anos.

Apesar da exigência dos indicadores GRI, acordados internacionalmente, a percentagem de resposta é bastante elevada em algumas organizações, o que indicia que esta estratégia trará benefícios à sua imagem pública, na medida em que demonstram um compromisso com os impactos ambientais e sociais e revelam capacidade de atuação em mercados altamente competitivos. Além disso, a disponibilização destas informações pode ser entendida como um sinal de transparência, de cumprimento da legislação, facilitando ainda a comparação com outras organizações.

No entanto, podemos também observar que a percentagem de respostas a determinados indicadores se situa abaixo dos 50%, o que leva a equacionar a hipótese de a organização em questão não considerar esses aspetos como materialmente relevantes ou de ainda não estar familiarizada com a metodologia GRI.

Os exemplos (selecionados num vasto conjunto) de ações desenvolvidas ou compromissos assumidos no âmbito de áreas consideradas fulcrais na estratégia dos grupos empresariais estudados (Proteção Ambiental, Interação e Apoio à Comunidade, Benefícios a Colaboradores, Formação, Saúde e Segurança e Inovação e Desenvolvimento), permitem-nos constatar a existência de múltiplas e diversificadas

iniciativas reveladoras de uma dinâmica empresarial que procura ir de encontro à crescente tomada de consciência por parte da sociedade, em geral, e dos mercados, em particular, da necessidade de um novo modelo de cidadania que sirva o desenvolvimento sustentável. As empresas perseguem, naturalmente, bons resultados económico-financeiros e, ao investirem também no desenvolvimento do capital humano, do capital intelectual, do capital social e relacional e do capital natural estão conscientes de que esse investimento é um contributo decisivo para a criação de valor e um fator importante de competitividade no mercado.

De realçar a presença, neste conjunto, de várias iniciativas que se enquadram no conceito de “Economia Circular”, nomeadamente nos domínios da proteção ambiental e da inovação e desenvolvimento, o que aponta para a mudança (gradual) de mentalidade de que fala o Relatório *Towards the Circular Economy* da Fundação Macarthur (2013).

## **Capítulo IV – CONCLUSÕES**

## 1. Conclusões

Este estudo visava compreender a importância da responsabilidade social na estratégia de seis grupos empresariais cotados em bolsa e analisar a divulgação da sua prestação nas dimensões social e ambiental, no período entre 2013 e 2017.

Em quatro empresas – EDP, GALP, Mota-Engil e REN, a responsabilidade social, nas suas vertentes social e ambiental, foi amplamente divulgada nos relatórios de cada ano do período em análise.

A EDP realça o facto de ser reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, permanecendo desde 2008 no *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), e alcançando, em 2017, a melhor pontuação de sempre que lhe concedeu a posição de 1ª *utility* integrada.

A GALP destaca também o posicionamento num grupo restrito, pelo sexto ano consecutivo, no DJSI, liderando pela primeira vez, em 2017, o *ranking* mundial na dimensão ambiental pelo resultado alcançado nas categorias “Estratégia climática” e “Eficiência eco-operacional”. A GALP foi ainda líder global em sustentabilidade corporativa, com a classificação “A” na Lista do Clima e da Água pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP).

A Mota-Engil assume a sustentabilidade como um pilar central na sua estratégia, sendo a Fundação Manuel António da Mota o veículo privilegiado da responsabilidade social do grupo.

A REN afirma-se também fortemente comprometida com a sustentabilidade, tendo definido uma estratégia alinhada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável criados em 2015 pelas Nações Unidas.

Nos relatórios da Altri referentes a 2013-2016, embora se destaque o comprometimento do grupo com o desenvolvimento sustentável, a referência à prestação social e ambiental é mais modesta do que nas empresas anteriormente referidas; no entanto, em 2017, com a publicação do Relatório de Sustentabilidade, a informação divulgada é bastante mais completa e diversificada indiciando um processo evolutivo da empresa face à assunção da relevância da divulgação da responsabilidade social.

Relativamente à Martifer, os relatórios referentes a 2013, 2014 e 2016 divulgam apenas informações sobre o desempenho económico e financeiro. Em 2015 e 2017, são

publicados Relatórios de Sustentabilidade em que são divulgados múltiplos aspetos das dimensões social e ambiental.

Podemos assim responder desta forma à primeira questão de investigação colocada: o grau de importância atribuída por estas organizações empresariais à divulgação da responsabilidade social difere entre si, havendo quatro empresas (EDP, GALP, Mota-Engil e REN) com uma aposta forte e consistente na prestação de informações sociais e ambientais, outra (Altri) que, tendo-a contemplado nos relatórios produzidos durante o período em estudo, evoluiu, no último ano, para uma divulgação mais expressiva e significativa, e uma terceira (Martifer), com uma divulgação que poderíamos qualificar de intermitente, uma vez que apresentou, nestes anos, relatórios sem qualquer referência ao assunto tendo publicado dois relatórios de sustentabilidade com informações específicas sobre o seu desempenho nas dimensões social e ambiental.

Outra questão deste estudo prende-se com a existência de um código de ética, a quem se aplica e como é divulgado. Neste domínio, verificámos que todas as empresas adotam um código de ética (designado por código de conduta, em algumas empresas), sendo o mesmo em todas entendido como “um documento composto por um conjunto de princípios que reconhecem a necessidade de um comportamento e compromisso ético por parte da organização.” (Silva, 2015, p. 58). A Martifer refere apenas os colaboradores, mas nas restantes organizações o código de ética aplica-se também a outros *stakeholders*, como fornecedores e prestadores de serviços. Os códigos são amplamente divulgados junto das partes interessadas e estão disponíveis nos *websites* institucionais.

A terceira questão de investigação refere-se aos destinatários privilegiados da informação relatada, isto é, as partes consideradas mais relevantes para a atividade da organização. Os grupos de *stakeholders* são identificados por todas as empresas, sendo os mais apontados os colaboradores, os clientes, os acionistas/investidores, os fornecedores, as comunidades locais, a comunidade científica/académica e as entidades oficiais. Surgem ainda algumas referências a outras partes, como media e líderes de opinião, associações, entidades financeiras ou ONG.

A norma AA1000APS 2008, que determina que o Relatório deve ser elaborado com base nos princípios da inclusão, relevância e responsabilidade, é contemplada apenas nos relatórios da EDP, GALP e REN.

Relativamente à interação com os *stakeholders* e à metodologia usada para determinação da materialidade, com exceção da Martifer, que apenas refere processos

de auscultação aos investidores, os restantes grupos auscultam, formal e informalmente, as partes interessadas através de inquéritos e estudos de satisfação, reuniões regulares, estabelecimento de protocolos ou análises de *benchmarking*. Além dos mecanismos de auscultação, são referidos por todos os grupos também diversos mecanismos de comunicação/ divulgação com os *stakeholders*: relatórios de natureza diversa; ações de formação e campanhas de sensibilização; informação periódica e comunicados; *Intranet*, *websites* e redes sociais; televisão interna (em quatro grupos); revistas e *newsletters*. Na determinação dos temas materiais, os grupos recorrem também a fontes indiretas: avaliação de fornecedores, serviços e matérias-primas, referenciais internacionalmente reconhecidos, fóruns de partilha e conhecimento ou relatórios de pares.

A quarta questão prende-se com o tipo de relatório usado na divulgação da informação social e ambiental. A periodicidade com que os grupos informam sobre o seu desempenho nestas duas dimensões é anual, excetuando a Martifer que, durante estes cinco anos, publicou dois Relatórios de Sustentabilidade, não clarificando a periodicidade adotada.

Estamos perante diferentes estratégias face ao tipo de relato. A EDP, a Galp, a REN e a Mota-Engil, como atrás referido, divulgaram todos os anos informação considerável sobre o seu desempenho social e ambiental, no entanto fizeram-no de forma diferente: a EDP e a REN adotaram o Relato Integrado durante os cinco anos do estudo; a Galp publicou primeiro um Relatório de Sustentabilidade, passando, em 2016, a usar também o Relato Integrado; a Mota-Engil divulgou a sua prestação num Caderno de Sustentabilidade que complementa o Relatório e Contas, assumindo também uma abordagem estratégica de relato único. A Altri apresenta uma evolução neste domínio, uma vez que a informação divulgada entre 2013 e 2016 se limitava a um pequeno capítulo (duas páginas) integrado no Relatório e Contas, adotando, em 2017, um Relatório de Sustentabilidade onde presta informação diversificada e em muito maior quantidade.

Outra questão de investigação, a quinta, versa os referenciais usados na divulgação da informação. Verificamos que em nenhum relatório é referida a NCRF N° 26 – Matérias Ambientais, mas os grandes tópicos preconizados na norma são alvo de referência nos relatórios, embora com grau de profundidade diferente (política e programas adotados relativamente às medidas de proteção ambiental; medidas implementadas em virtude da legislação em vigor ou para antecipar alterações no



quadro legislativo; melhorias concretizadas; desempenho ambiental no que diz respeito a consumo de energia, consumo de matérias-primas, consumo de água, emissões, remoção de resíduos).

Quanto aos referenciais usados, a EDP, a GALP e a REN prepararam os seus relatórios com base no referencial GRI (a EDP e a GALP usaram a versão GRI 4 a partir de 2014, a REN a partir de 2015), na norma AA 1000 APS – 2008 e nos princípios do *Global Compact*. Além disso, submeteram os relatórios a auditoria externa, para verificação também da aplicação dos princípios daqueles referenciais, o que confere maior credibilidade e fidedignidade à informação transmitida. A Mota-Engil seguiu as orientações GRI nos Relatórios de 2016 e 2017, mas apenas na dimensão ambiental. O Relatório de Sustentabilidade da Altri (2017) baseou-se também nas diretrizes GRI. Nenhuma destas empresas submeteu o relatório a auditoria externa. A Martifer não faz qualquer referência aos referenciais por que se regeu na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade.

Observámos também que as empresas mais familiarizadas com a metodologia GRI divulgam volume maior de informação e com um grau de profundidade mais elevado para atender à exigência dos indicadores GRI.

Por fim, respondendo à última questão de investigação, seleccionámos algumas iniciativas dos grupos ilustrativas do exercício da sua responsabilidade social nos domínios da proteção ambiental, benefícios dos colaboradores, interação com a comunidade, formação, segurança e saúde e inovação e desenvolvimento, domínios esses que, se tivermos como referência a classificação de capitais proposta pela Estrutura Internacional do Relato Integrado, refletem o investimento no capital natural, no capital humano, no capital social e relacional e ainda no capital intelectual. Excetuando o domínio da Inovação e Desenvolvimento, onde não encontramos referência a um mínimo de quatro iniciativas em todos os grupos (a Martifer não refere quaisquer iniciativas e a Mota-Engil refere apenas uma), verificamos a existência de uma variedade de atividades e iniciativas, que refletem a aposta estratégica das organizações no exercício da sua responsabilidade social e ambiental e a consciência do seu papel no desenvolvimento sustentável. De referir que, na dimensão ambiental, iniciativas como a minimização da produção e valorização dos resíduos, a redução da dependência dos combustíveis fósseis ou a inovação e investimento em tecnologias “limpas”, entre outras, enquadram-se no conceito de Economia Circular, preconizados

pelo Relatório da Comissão para o Parlamento Europeu (2017) e a Fundação Macarthur (2013), entre outros.

## **2. Limitações e Sugestões de Investigação Futura**

A grande limitação deste estudo prende-se com a amostra, que, englobando apenas seis grupos empresariais, acaba por ser pouco representativa.

Outra limitação tem a ver com o setor de atividade. A amostra é constituída por grupos empresariais cotados em bolsa, com uma estratégia de internacionalização ou de exportação significativa, mas, embora estejam todos associados também ao setor da energia, o setor dominante não é o mesmo. O estudo beneficiaria se constassem da amostra três empresas de cada setor dominante, ou seja: três do setor da energia (que já constam), três do setor da construção civil, três do setor da pasta de papel e três do setor da metalomecânica.

Seria igualmente interessante efetuar uma análise comparativa entre grupos de igual dimensão de outros países, nomeadamente da União Europeia, a fim de melhor compreender a resposta das empresas do nosso país aos desafios da internacionalização e da construção europeia.

Por outro lado, este estudo poderia também ser aplicado a empresas portuguesas não cotadas em bolsa e a médias empresas com vista à compreensão de potencialidades e constrangimentos no desenvolvimento de práticas de responsabilidade social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AA1000 APS & AS FAQs (2014). *Accountability*.

.

Bandeira, A. (2010). A contabilidade num contexto de responsabilidade social: o caso do ambiente. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Acedido em <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/566>, em outubro de 2017.

Barbosa, P. & al. (2009). Envolvimento com os Stakeholders - da Teoria à Prática. Sustentare, Consultoria em Sustentabilidade. Acedido em <http://www.sustentare.pt/pdf/research-stakeholders1.pdf> em maio 2018.

BCSD - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. *Brochura sobre Economia Circular*. Acedido em <https://www.bcsdportugal.org/atividades/economia-circular>, em maio de 2018

Bento, L. (2003), Da *CSR- Corporate Social Responsibility* à *RSO- Responsabilidade Social* das Organizações: Alguns contributos para reflexão. *Revista Sociedade e Trabalho*, nº 17/ 18; pp. 31-38.

Bexiga, Sónia (2016). Especial Greenfest 2016. *O Jornal Económico*, 7 outubro de 2016; pp. 2-7.

Carreira, F. e Damião, A. (2012). Ética e responsabilidade social- O relato ambiental nas empresas do PSi-20. Comunicação apresentada nas XXIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica: *Bases para Emprender y Gestionar con Racionalidad Económica y Transparencia*. 7/8/9 febrero 2013, Málaga, España.

Casson, J. (2013). A Review of the Ethical Aspects of Corporate Governance Regulation and Guidance in the EU, Paper 8, 2013. Institute of Business Ethics.

Castelo-Branco, M. & Rodrigues, L (2006). Corporate Social Responsibility and Resource-Based Perspectives. *Journal of Business Ethics*. Volume 69, Issue 2, pp 111–132.

CMVM - Regulamento da CMVM n.º 4/2013 (2013).

Comissão das Comunidades Europeias (2001), *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, Bruxelas, 18.7.2001, COM (2001) 366. Acedido em [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/deve/20020122/com\(2001\)366\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/deve/20020122/com(2001)366_pt.pdf), em outubro de 2017.

Contreiras, J. P. (2008). *Responsabilidade Social das Organizações e Atratividade Organizacional*. Dos Algarves, ESGHT/UALG nº17, pp. 38-43.

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto. Diário da República n.º 160/2017, Série I de 2017-08-21.

Estrutura internacional para relato integrado (2014). *International Integrated Reporting Council*. Acedido em <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf> em maio de 2018.

Eugénio, T. (2011). *Contabilidade Ambiental*, Lisboa, Verlag Dashöfer.

Faria, M. J. (2015), Perspetivas sobre o relato integrado. Revista 182, Maio 2015.

Garriga, E.& Melé, D, (2004). Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics* 53. Acedido em <http://www.environmentalmanager.org/wp-content/uploads/2008/04/csr-theories.pdf> em maio de 2018

Global Reporting Initiative, (2015). G4 Sustainability Reporting Guidelines. Acedido em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf> em abril de 2018

GRI (2016), Forging a path to integrated reporting. Acedido em [https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-CLG\\_IntegratedReporting.pdf](https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-CLG_IntegratedReporting.pdf) em maio de 2018

Global Reporting Initiative, (2015), Reporting 2025. Acedido em: <https://www.globalreporting.org/network/GoldCommunity/Pages/reporting-2025.aspx> em maio de 2018.

Global Reporting Initiative, Pontos de Partida – Relatórios de Sustentabilidade GRI: Quanto vale esta jornada? (2012). Acedido em <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf> em abril de 2018

Global Reporting Initiative (2014). GRI G4 Guidelines and ISO 26000:2010 How to use the GRI G4 Guidelines and ISO 26000 in conjunction. Acedido em [https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/archive/pdf/en/iso-gri-26000\\_2014-01-28.pdf](https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/archive/pdf/en/iso-gri-26000_2014-01-28.pdf) em abril de 2018

Gonçalves, G.S.C. (2017). Ética Empresarial, os Modelos Organizacionais e a Gestão de Recursos Humanos: Um estudo no setor automóvel. Dissertação de mestrado. Acedido em <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=999091&method=getFile> em junho de 2018

Gore, A. & Blood, D. (2011). A Manifesto for Sustainable Capitalism. *Wall Street Journal*. Acedido em <https://www.algore.com/news/a-manifesto-for-sustainable-capitalism> em junho 2018

IIRC. (2011). *Towards integrated reporting – Communicating value in the 21st century*. Acedido em [http://theiirc.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011\\_spreads.pdf](http://theiirc.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf) , em abril de 2018.

Jannuzzi, C.A. & Tálamo, M.F. (2004). A empresa e os sistemas humanos de informação: uma abordagem conceitual para a gestão da informação *Scielo*. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n2/05.pdf> em agosto de 2018

KPM Survey of Corporate Responsibility Reporting (2017). Acedido em <https://home.kpmg.com/xx/en/home/campaigns/2017/10/survey-of-corporate-responsibility-reporting-2017.html> em agosto de 2018

Matos, S. (2010). *O Papel da Auditoria no Relato Financeiro de Matérias Ambientais – Estudo Comparativo entre Empresas Cotadas na Euronext Lisbon e na Nyse Euronext*. Dissertação de mestrado. ISCAL, Lisboa, 2010. 79 pp. Acedido em <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/87> em abril de 2018 .

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. Instituto Politécnico de Bragança. EDUSER: revista de educação, vol.2(2).

Monteiro, M.A. (2005). A Responsabilidade Social das Empresas (RSE). *Cadernos da CMVM*, nº 21; pp.65–70. Acedido em <http://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/9426611d191a45708973b46d8c7e996bCadernosMVM21.pdf> em abril, 2018

NCRF Nº 26 – Matérias Ambientais.

NPISO 26000 Linhas de orientação para a responsabilidade social (2012). Global Compact Network Portugal. Acedido em <http://globalcompact.pt/publicacoes/52-npiso-26000-linhas-de-orientacao-para-a-responsabilidade-social> em abril de 2018.

O'Kelley, J. R. & al. 2016. Global and Regional Trends in Corporate Governance for 2017. Russell Reynolds Associates. Acedido em <http://www.russellreynolds.com/insights/thought-leadership/global-and-regional-trends-in-corporate-governance-for-2017> em abril de 2018.

Owen, G. (2013). Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum. *Journal Accounting Education*, Volume 22, 2013 – Issue 4: Sustainability in Accounting Education. Acedido em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09639284.2013.817798>, em abril de 2018.

POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (2017). *Plano de Responsabilidade Social*

Pinto, T. C. e Bandeira, A. M. (2013). Sustainability Reporting and Financial Reporting: The Relevance of an Integrated Reporting Approach. In Muga, H.E & Thomas, K.D, *Cases on the diffusion and adoption of sustainable development practices*, 167-194. Information Science Reference. Acedido em [https://www.google.com/search?rlz=1C2AOHY\\_pt](https://www.google.com/search?rlz=1C2AOHY_pt) em abril, 2018

Reis, F.L. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos – Guia Prático*. Edições Sílabo, Lisboa, 1ª edição, 2028.

Report from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the implementation of the Circular Economy Action Plan. (2017). Acedido em <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/-/report-from-the-commission-to-the-european-parliament-the-council-the-european-economic-and-social-committee-and-the-committee-of-the-regions-on-the-i?inheritRedirect=true> em maio de 2018

Ribeiro, N.M.R. & Oliveira, H.M.S. (2016). Governo das Sociedades e Responsabilidade Social: Estudo de Caso das Empresas do PSI20. *Revista de Contabilidade & Finanças*, nº 124, janeiro/março 2016; pp. 24–32. Acedido em [recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7977/1/ANunoRibeiro2016](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7977/1/ANunoRibeiro2016) em maio de 2018.

Rodrigues, J. (2018). *Regulação, Ética e Governance: O Mercado da Informação Financeira*. Editora RH, Lisboa, 1ª edição, 2018.



- Silva, E. L. & Menezes, E.M. (2005). Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação. UFSC. Acedido em [https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf) em abril de 2018
- Silva, J. & Melo, M. 2013. Do sujeito ao participante: o desafio da investigação com crianças. Livro de Atas, VIII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia: Editor: Associação Portuguesa de Psicologia.
- Silva, R. & Silva, P., (2013). O contributo dos métodos qualitativos na investigação em contabilidade de gestão. *Indagatio Didactica*, 5(2), pp.1047–1063. Acedido em: <http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/viewArticle/2509> em outubro de 2018
- Silva, R.F.B. (2015). *A Responsabilidade Social e o Programa de Voluntariado On Demand Community - IBM Portugal*. Tese de doutoramento. Universidade Fernando Pessoa, Porto. 213 pp. Acedido em <http://hdl.handle.net/10284/5071> em abril, 2018
- Towards the Circular Economy I*, (2013). Ellen Macarthur Foundation. Acedido em <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/Ellen-MacArthur-Foundation-Towards-the-Circular-Economy-vol.1.pdf> em maio de 2018
- UN Global Compact (2000). Acedido em <http://globalcompact.pt/about/un-global-compact> .em abril 2018.
- Yin, R. K. (2016). *Qualitative Research from Start to Finish*. The Guilford Press, New York, London, 2 nd edition. (pp. 1- 184). Acedido em <https://books.google.pt/books?id=DvpPCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> em outubro de 2018.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE Nº1 – Tipo de Relatórios e Referenciais utilizados**

### Tipo de relatórios e referenciais utilizados

GRUPO	ANO	RC	RSt	RI	IFRS/ IAS (demonstrações financeiras)	GRI	AA 1000 APS (2008)	Global Compact	Entidade Auditora
ALTRI	2013	V <sup>1</sup>			v				Deloitte <sup>2</sup>
	2014	V <sup>1</sup>			v				
	2015	V <sup>1</sup>			v				
	2016	V <sup>1</sup>			v				
	2017	v	V		v	v			
EDP	2013			v	V	V <sup>3</sup>	V	V	KPMG GRI <sup>5</sup>
	2014			v	V	V <sup>4</sup>	V	V	
	2015			v	V	V <sup>4</sup>	V	V	
	2016			v	V	V <sup>4</sup>	V	V	
	2017			v	v	V <sup>4</sup>	V	V	
GALP	2013	v	v		V	V <sup>6</sup>			PWC
	2014	v	v		V	V <sup>7</sup>		V <sup>8</sup>	
	2015	v	v		V	V <sup>7</sup>	v	V <sup>8</sup>	
	2016			v	V	V <sup>7</sup>	v	V <sup>8</sup>	
	2017			v	v	V <sup>7</sup>	v	V <sup>8</sup>	
MARTIFER	2013	V <sup>9</sup>			v				PWC
	2014	V <sup>9</sup>			v				
	2015	V	V <sup>10</sup>		v				
	2016	V <sup>9</sup>			v				
	2017	V	V <sup>10</sup>		v				
MOTA- -ENGIL	2013			v	v				Deloitte
	2014			v	v				
	2015			v	v				
	2016			v	v	V <sup>11</sup>			
	2017			v	v	V <sup>11</sup>			
REN	2013			V <sup>14</sup>	V	V <sup>12</sup>	v	V	PWC Deloitte (2016)
	2014			V <sup>14</sup>	V	V <sup>12</sup>	V	V	
	2015			V <sup>14</sup>	V	V <sup>13</sup>	V	V	
	2016			V <sup>14</sup>	V	V <sup>13</sup>	V	V	
	2017			V <sup>14</sup>	V	V <sup>13</sup>	v	V	

Legenda: RC – Relatório e Contas; RSt – Relatório de Sustentabilidade; RI – Relatório Integrado

- Os Relatórios e Contas incluem um capítulo com algumas informações genéricas sobre sustentabilidade (ambiente, certificação dos sistemas de gestão, recursos humanos e responsabilidade social).
- O Relatório de Sustentabilidade (2017) não foi submetido a auditoria externa.
- GRI 3 + Suplemento Setor Elétrico.
- GRI 4.
- Relatório de 2013 submetido também ao Setor de Relatórios da GRI, com nível de aplicação A+.
- GRI 3 + Suplemento *Oil & Gas*.
- GRI 4.
- Tabela em separado.
- Não divulga informações sobre o desempenho social e ambiental.
- OS Relatórios de Sustentabilidade não foram submetidos a verificação externa.
- GRI 4 – apenas desempenho ambiental.
- GRI 3 + Suplemento para o Setor Elétrico;
- GRI 4
- Relatórios submetidos a verificação externa.

**Fonte: Elaboração Própria**

## **APÊNDICE Nº2 - Aspetos de desempenho social e ambiental: evolução no tempo**

**Aspetos de desempenho social e ambiental: evolução no tempo**

<b>ALTRI</b>		<b><u>2013</u></b>	<b><u>2014</u></b>	<b><u>2015</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Práticas laborais</b>	Emprego	x	x	x	x	x
	Relações laborais					x
	Saúde e segurança					x
	Formação e educação	x	x	x	x	x
	Diversidade e igualdade de oportunidades					x
	Igualdade remuneratória por género					
	Avaliação de fornecedores em PL					x
	Reclamações					x
<b>Ambiente</b>	Materiais	x	x	x	x	x
	Energia	x	x	x	x	x
	Água	x	x	x	x	x
	Biodiversidade					x
	Emissões, efluentes e resíduos	x	x	x	x	x
	Produtos e serviços	x	x	x	x	x
	Conformidade					x
	Transportes					
	Investimentos					
	Avaliação ambiental de fornecedores					x
	Reclamações					x
<b>Direitos Humanos</b>	Não discriminação					x
	Trabalho infantil					x
	Trabalho forçado					x
	Práticas de segurança					x
	Liberdade de associação e negociação coletiva					x
	Direitos das comunidades indígenas					
	Investimentos					
	Avaliação					
	Avaliação de fornecedores em DH					
	Reclamações					x
<b>Sociedade</b>	Comunidades locais	x	x	x	x	x
	Políticas públicas					
	Concorrência desleal					
	Combate à corrupção					x
	Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade					x
	Reclamações					x

	Conformidade					x
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>	Saúde e segurança do cliente					x
	Rotulagem do produto/serviço	x	x	x	x	x
	Comunicação e marketing					x
	Privacidade dos clientes					
	Conformidade					x
<b>EDP</b>		<b><u>2013</u></b>	<b><u>2014</u></b>	<b><u>2015</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Práticas laborais</b>	Emprego	x	x	x	x	x
	Relações laborais	x	x	x	x	x
	Saúde e segurança	x	x	x	x	x
	Formação e educação	x	x	x	x	x
	Diversidade e igualdade de oportunidades	x	x	x	x	x
	Igualdade remuneratória por género	x	x	x	x	x
	Avaliação dos fornecedores em PL	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
<b>Ambiente</b>	Materiais	x	x	x	x	x
	Energia	x	x	x	x	x
	Água	x	x	x	x	x
	Biodiversidade	x	x	x	x	x
	Emissões, efluentes e resíduos	x	x	x	x	x
	Produtos e serviços	x	x	x	x	x
	Conformidade	x	x	x	x	x
	Transportes	x	x	x	x	x
	Investimento	x	x	x	x	x
	Avaliação ambiental de fornecedores	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
<b>Direitos Humanos</b>	Não discriminação	x	x	x	x	x
	Trabalho infantil	x	x	x	x	x
	Trabalho forçado	x	x	x	x	x
	Práticas de segurança	x	x	x	x	x
	Liberdade de associação e negociação coletiva	x	x	x	x	x
	Direitos das comunidades indígenas	x	x	x	x	x
	Investimentos		x	x	x	x
	Avaliação	x				
	Avaliação de fornecedores em DH	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x

<b>Sociedade</b>	Comunidades locais	x	x	x	x	x
	Políticas públicas	x	x	x	x	x
	Concorrência desleal	x	x	x	x	x
	Combate à corrupção	x	x	x	x	x
	Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
	Conformidade	x				
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>	Saúde e segurança do cliente	x	x	x	x	x
	Rotulagem do produto/serviço	x	x	x	x	x
	Comunicação e marketing	x	x	x	x	x
	Privacidade dos clientes	x	x	x	x	x
	Conformidade	x	x	x	x	x
<b>GALP</b>		<b><u>2013</u></b>	<b><u>2014</u></b>	<b><u>2015</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Práticas laborais</b>	Emprego	x	x	x	x	x
	Relações laborais	x	x	x	x	x
	Saúde e segurança	x	x	x	x	x
	Formação e educação	x	x	x	x	x
	Diversidade e igualdade de oportunidades	x	x	x	x	x
	Igualdade remuneratória por género	x	x	x	x	x
	Avaliação de fornecedores em PL	x	x	x	x	x
	Reclamações		x	x	x	x
<b>Ambiente</b>	Materiais	x	x	x	x	x
	Energia	x	x	x	x	x
	Água	x	x	x	x	x
	Biodiversidade	x	x	x	x	x
	Emissões, efluentes e resíduos	x	x	x	x	x
	Produtos e serviços	x	x	x	x	x
	Conformidade					
	Transportes	x	x	x	x	x
	Geral	x	x	x	x	x
	Avaliação ambiental de fornecedores	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
<b>Direitos Humanos</b>	Não discriminação	x	x	x	x	x
	Trabalho infantil	x	x	x	x	x
	Trabalho forçado	x	x	x	x	x
	Práticas de segurança	x	x	x	x	x
	Liberdade de associação e negociação coletiva	x	x	x	x	x



	Direitos das comunidades indígenas	x	x	x	x	x
	Investimentos		x	x	x	x
	Avaliação	x	x	x	x	x
	Avaliação de fornecedores em DH	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
<b>Sociedade</b>	Comunidades locais	x	x	x	x	x
	Políticas públicas	x	x	x	x	x
	Concorrência desleal	x	x	x	x	x
	Combate à corrupção	x	x	x	x	x
	Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade		x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
	Conformidade	x	x	x	x	x
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>	Saúde e segurança do cliente	x	x	x	x	x
	Rotulagem do produto/serviço	x	x	x	x	x
	Comunicação e marketing	x	x	x	x	x
	Privacidade dos clientes	x	x	x	x	x
	Conformidade	x	x	x	x	x
<b>MARTIFER</b>		<b><u>2013</u></b>	<b><u>2014</u></b>	<b><u>2015</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Práticas laborais</b>	Emprego			x		x
	Relações laborais					
	Saúde e segurança			x		x
	Formação e educação		x	x	x	x
	Diversidade e igualdade de oportunidades					
	Igualdade remuneratória por género					
	Avaliação de fornecedores em PL					
	Reclamações					
<b>Ambiente</b>	Materiais					
	Energia	x	x	x	x	x
	Água	x	x	x	x	x
	Biodiversidade					
	Emissões, efluentes e resíduos	x	x	x	x	x
	Produtos e serviços					
	Conformidade					
	Transporte					
	Geral					
	Avaliação ambiental de fornecedores					

	Reclamações					
<b>Direitos Humanos</b>	Não discriminação					
	Trabalho infantil					
	Trabalho forçado					
	Práticas de segurança		x	x	x	x
	Liberdade de associação e negociação coletiva					
	Direitos das comunidades indígenas					
	Investimentos					
	Avaliação					
	Avaliação de fornecedores em DH					
	Reclamações					
<b>Sociedade</b>	Comunidades locais		x	x	x	x
	Políticas públicas					
	Concorrência desleal					
	Combate à corrupção					
	Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade					
	Reclamações					
	Conformidade					
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>	Saúde e segurança do cliente		x	x	x	x
	Rotulagem do produto/serviço					
	Comunicação e marketing					
	Privacidade dos clientes					
	Conformidade		x	x	x	x
<b>MOTA-ENGIL</b>		<b><u>2013</u></b>	<b><u>2014</u></b>	<b><u>2015</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Práticas laborais</b>	Emprego	x	x	x	x	x
	Relações laborais	x	x	x	x	x
	Saúde e segurança	x	x	x	x	x
	Formação e educação	x	x	x	x	x
	Diversidade e igualdade de oportunidades	x	x	x	x	x
	Igualdade remuneratória por género	x	x	x	x	x
	Avaliação de fornecedores em PL					
	Reclamações					
<b>Ambiente</b>	Materiais	x	x	x	x	x
	Energia	x	x	x	x	x
	Água	x	x	x	x	x
	Biodiversidade				x	x
	Emissões, efluentes e	x	x	x	x	x

	resíduos					
	Produtos e serviços			X	X	X
	Conformidade	X				
	Transportes		X	X	X	X
	Geral	X	X	X	X	X
	Avaliação ambiental de fornecedores					
	Reclamações					
<b>Direitos Humanos</b>	Não discriminação	X	X	X	X	X
	Trabalho infantil	X	X	X	X	X
	Trabalho forçado	X	X	X	X	X
	Práticas de segurança	X	X	X	X	X
	Liberdade de associação e negociação coletiva	X	X	X	X	X
	Direitos das comunidades indígenas	X	X	X	X	X
	Investimentos					
	Avaliação					
	Avaliação de fornecedores em DH	X	X	X	X	X
	Reclamações					
<b>Sociedade</b>	Comunidades locais	X	X	X	X	X
	Políticas públicas	X	X	X	X	X
	Concorrência desleal					
	Combate à corrupção	X	X	X	X	X
	Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	X	X	X	X	X
	Reclamações					
	Conformidade	X	X	X	X	X
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>	Saúde e segurança do cliente	X	X	X	X	X
	Rotulagem do produto/serviço	na <sup>1</sup>	na	na	na	na
	Comunicação e marketing	X	X	X	X	X
	Privacidade do cliente	X	X	X	X	X
	Conformidade	X	X	X	X	X
<b>REN</b>		<b><u>2013</u></b>	<b><u>2014</u></b>	<b><u>2015</u></b>	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Práticas laborais</b>	Emprego	X	X	X	X	X
	Relações laborais	X	X	X	X	X
	Saúde e segurança	X	X	X	X	X
	Formação e educação	X	X	X	X	X
	Diversidade e igualdade de oportunidades	X	X	X	X	X
	Igualdade remuneratória por género	X	X	X	X	X
	Avaliação de fornecedores	X	X	X	X	X

	em PL					
	Reclamações	x	x	x	x	x
<b>Ambiente</b>	Materiais	x	x	x	x	x
	Energia	x	x	x	x	x
	Água	x	x	x	x	x
	Biodiversidade	x	x	x	x	x
	Emissões, efluentes e resíduos	x	x	x	x	x
	Produtos e serviços	x	x	x	x	x
	Conformidade					
	Transportes	x	x	x	x	x
	Geral	x	x	x	x	x
	Avaliação ambiental de fornecedores	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
<b>Direitos Humanos</b>	Não discriminação	x	x	x	x	x
	Trabalho infantil	x	x	x	x	x
	Trabalho forçado	x	x	x	x	x
	Práticas de segurança	x	x	x	x	x
	Liberdade de associação e negociação coletiva	x	x	x	x	x
	Direitos das comunidades indígenas	na <sup>1</sup>	na	na	na	na
	Investimentos					
	Avaliação					
	Avaliação de fornecedores em DH	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
<b>Sociedade</b>	Comunidades locais	x	x	x	x	x
	Políticas públicas	x	x	x	x	x
	Concorrência desleal	x				
	Combate à corrupção	x	x	x	x	x
	Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	x	x	x	x	x
	Reclamações	x	x	x	x	x
	Conformidade	x	x	x	x	x
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>	Saúde e segurança do cliente	x	x	x	x	x
	Rotulagem do produto/serviço	x	x	x	x	x
	Comunicação e marketing	x	x	x	x	x
	Privacidade do cliente	x	x	x	x	x
	Conformidade	x	x	x	x	x

Fonte: Elaboração Própria

## **APÊNDICE Nº3 – Indicadores GRI**

## INDICADORES GRI

### 3.1 - CATEGORIA AMBIENTAL

ASPETOS	INDICADORES	ALTRI	EDP	GALP	MARTIFER	MOTA-ENGIL	REN
MATERIAIS	Materiais usados, discriminados por peso e volume.		V	V		V	
	Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem	V	V	V		V	
ENERGIA	Consumo de energia dentro da organização.	V	V	V	V	V	V
	Consumo de energia fora da organização.		V	V		V	V
	Intensidade energética.	V	V	V			V
	Redução do consumo de energia.	V	V	V	V		V
	Reduções nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços.	V	V <sub>na</sub> <sup>1</sup>	V	V		V
ÁGUA	Total de retirada de água por fonte.		V	V		V	
	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água		V	V			
	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	V	V	V	V		
BIODIVERSIDADE	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas.	V	V	V		V	V
	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor	V	V	V <sub>na</sub>		V	V

	para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas.						
	Habitats protegidos ou restaurados.	V	V	V <sub>na</sub>			V
	Nº total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção.	V	V	V <sub>na</sub>			V
<b>EMISSIONES</b>	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE).	V	V	V		V	V
	Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia.	V	V	V	V	V	V
	Outras emissões indiretas de GEE.	V	V	V		V	V
	Intensidade de emissões de GEE.	V	V	V			V
	Redução de emissões de GEE.	V	V	V	V		V
	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (SDO)..		V	V		V	V
	Emissões de NO <sub>x</sub> , SO <sub>x</sub> e outras emissões atmosféricas significativas.	V	V	V		V	V
<b>EFLUENTES E RESÍDUOS</b>	Descarga total de água, discriminada por qualidade e destino.		V			V	
	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição.	V	V	V	V	V	
	Nº total e volume de derrames significativos.		V	V		V	
	Peso de resíduos transportados, importados,		V	V			

	exportados ou tratados, considerados perigosos, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.						
	Identificação, tamanho, nível de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente, afetados por derrames e drenagem de água.		V	V			
<b>PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços.					V	V
	Percentagem de produtos e embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminada por categoria de produtos.					V	V <sub>na</sub>
<b>CONFORMIDADE</b>	Valor monetário de multas significativas e nº total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.		V	V		V	V
<b>TRANSPORTES</b>	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como no transporte de empregados.						
<b>GERAL</b>	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental,		V				V



	discriminado por tipo.						
<b>AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES</b>	Porcentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.		V	V			V
	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	V	V	V			V
<b>MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES</b>	Nº de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	V	V	V			V

**Fonte: Elaboração Própria**

### 3.2 - CATEGORIA SOCIAL: PRÁTICAS LABORAIS

ASPETOS	INDICADORES	ALTRI	EDP	GALP	MARTIFER	MOTA ENGIL	REN
EMPREGO	Nº total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região.		V	V	V	V	V
	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização.	V	V	V	V		V
	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero.		V	V			V
RELAÇÕES LABORAIS	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva.		V	V			V
SAÚDE E SEGURANÇA	Porcentagem da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorizar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho		V	V			V
	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias		V	V			V

	perdidos, absentismo e nº de óbitos relacionados com o trabalho, discriminados por região e gênero						
	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua ocupação.	V	V	V			V
	Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	V	V	V	V		V
<b>FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO</b>	Nº médio de horas de formação por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional.	V	V	V			V
	Programas de gestão de competências e formação contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentação.	V	V	V	V	V	V
	Percentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminada por gênero e categoria funcional.		V	V			V
<b>DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES</b>	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	V	V	V		V	V
<b>IGUALDADE</b>	Razão matemática do	V	V	V		V	V

<b>REMUNERATÓRI A POR GÊNERO</b>	salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes.						
<b>AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM PRÁTICAS LABORAIS</b>	Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas laborais.			V			V
	Impactos negativos significativos, reais e potenciais, para as práticas laborais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	V		V			V
<b>MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES</b>	Nº de queixas e reclamações relacionadas com práticas laborais registadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	V	V	V			V

**Fonte: Elaboração Própria**

### 3.3 - CATEGORIA SOCIAL: DIREITOS HUMANOS

ASPETOS	INDICADORES	ALTRI	EDP	GALP	MARTIFER	MOTA-ENGIL	REN
INVESTIMENTOS	Nº total e percentagem de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos.						
	Nº total de horas de formação de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados com aspetos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de empregados formados						
NÃO DISCRIMINAÇÃO	Nº total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.	V	V	V		V	V
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito		V	V		V	V
TRABALHO INFANTIL	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.		V	V		V	V

<b>TRABALHO FORÇADO</b>	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.		V	V		V	V
<b>PRÁTICAS DE SEGURANÇA</b>	Percentagem do pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações		V	V			V
<b>DIREITOS DOS POVOS ÍNDIGENAS E TRADICIONAIS</b>	Nº total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito.	V <sub>na</sub>	V	V		V	V <sub>na</sub>
<b>AVALIAÇÃO</b>	Nº total e percentagem de operações submetidas a análises ou avaliações de impactos relacionados com direitos humanos		V	V			V <sub>na</sub>
<b>AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM DIREITOS HUMANOS</b>	Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados com direitos humanos.		V				V
	Impactos negativos significativos, reais e potenciais, em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito		V				V
<b>MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES</b>	Nº de queixas e reclamações relacionadas com impactos em direitos humanos registadas,	V	V	V			V

	processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.						
--	--	--	--	--	--	--	--

**Fonte: Elaboração Própria**

### 3.4 - CATEGORIA SOCIAL: SOCIEDADE

ASPETOS	INDICADORES	ALTRI	EDP	GALP	MARTIFER	MOTA-ENGIL	REN
COMUNIDADES LOCAIS	Percentagem de operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local.	V	V	V	V	V	V
	Operações com impactos negativos significativos, reais e potenciais, nas comunidades locais.	V	V	V		V	V
COMBATE À CORRUPÇÃO	Nº total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados com a corrupção e os riscos significativos identificados.			V			V
	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção.	V	V	V		V	V
	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	V	V	V		V	V
POLÍTICAS PÚBLICAS	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário.						
CONCORRÊNCIA DESLEAL	Nº total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de <i>trust</i> e monopólio e seus resultados	V	V	V			
CONFORMIDADE	Valor monetário de multas significativas e nº total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos.	V	V	V		V	V
AValiação de FORNECEDORES	Percentagem de novos fornecedores selecionados com base		V				V



<b>EM IMPACTOS NA SOCIEDADE</b>	em critérios relativos a impactos na sociedade.						
	Impactos negativos significativos, reais e potenciais, da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito.		V				V
<b>MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES</b>	Nº de queixas e reclamações relacionadas com impactos na sociedade registadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	V	V	V		V	V

**Fonte: Elaboração Própria**

### 3.5 - CATEGORIA SOCIAL: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

ASPETOS	INDICADORES	ALTRI	EDP	GALP	MARTIFER	MOTA-ENGIL	REN
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE	Percentagem das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.		V	V			V
	Nº total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	V	V	V		V	V
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências.	V	V	V		V <sub>na</sub>	V <sub>na</sub>
	Nº total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados.	V	V	V		V	V
	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente.		V			V	V
COMUNICAÇÕES DE MARKETING	Venda de produtos proibidos ou contestados.	V <sub>na</sub>	V <sub>na</sub>	V <sub>na</sub>		V <sub>na</sub>	V <sub>na</sub>

	Nº total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados.			V		V	
<b>PRIVACIDADE DO CLIENTE</b>	Nº total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.		V	V		V	
<b>CONFORMIDADE</b>	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	V	V	V		V	V

1. Não aplicável.

**Fonte: Elaboração Própria**

**APÊNDICE Nº4 – Ações desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social e Ambiental (alguns exemplos)**

**AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE  
SOCIAL E AMBIENTAL (ALGUNS EXEMPLOS)**

**4.1 - PROTEÇÃO AMBIENTAL**

<b>PROTEÇÃO AMBIENTAL</b>	
<b>ALTRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Matéria-prima renovável (94%)</li> <li>. Autossuficiência em energia elétrica</li> <li>. Investimento (12 milhões) na nova ETARI –CELTEJO</li> <li>. Participação no projeto <i>Life Imperial</i> (conservação da águia- imperial)</li> </ul>
<b>EDP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Centrais térmicas a carvão com despoeiradores, processos de dessulfuração e processos de redução de NOX</li> <li>. Aposta na consolidação da informação gerada através de Sistemas de Informação Biológica, (contribuem para a base de dados internacional <i>Global Biodiversity Information Facility</i>)</li> <li>. Renovação da frota automóvel (introdução crescente de veículos elétricos e híbridos), comprometendo-se com a eletrificação de 100% da sua frota até 2030</li> <li>. Produção de apenas 1% de resíduos perigosos</li> </ul>
<b>GALP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Líder (2017) no <i>ranking</i> mundial, categorias de «Estratégia climática» e «Eficiência eco-operacional»</li> <li>. Líder a nível global em sustentabilidade corporativa (classificada na ‘A’ List do Clima e da Água pelo CDP)</li> <li>. Enerfuel (unidade industrial em Sines dedicada à transformação de óleos usados e gorduras animais residuais em biodiesel FAME de segunda geração)</li> <li>. Seleccionada (grupo restrito de 25 empresas e a única no setor da energia) pelas suas ações na gestão de riscos ambientais, na redução de emissões de carbono e melhoria da gestão dos recursos hídricos</li> </ul>
<b>MARTIFER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Mudança da iluminação fabril (em 2016) com o objetivo de reduzir os consumos</li> <li>. Minimização dos impactos ambientais associados às emissões atmosféricas</li> <li>. Redução gradual dos resíduos e aumento da valorização dos resíduos produzidos (em 2016/2017, apenas 4 % dos resíduos produzidos foram enviados para eliminação)</li> <li>. Ações contínuas de sensibilização junto dos trabalhadores para um uso</li> </ul>

	adequado e eficiente da água e sobre a cultura baseada nos 3R's
<b>MOTA-ENGIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. SUMA (Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.) - 1º lugar na categoria “Empresas de tratamento de lixo”, marca de confiança 2017</li> <li>. CAPSFIL (iniciou, em 2017, a gestão de resíduos de construção e demolição de obras públicas, de construção civil e de outros resíduos inertes)</li> <li>. Participação (ALGAR) no projeto “A pesca por um mar sem lixo”</li> <li>. Redução do consumo de combustível da frota ferroviária (Takargo instalou novos testeiros em vagões afetos ao transporte de madeira)</li> </ul>
<b>REN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Redução de emissões de GEE, em particular SF6</li> <li>. Reforço da frota com mais sete viaturas 100% elétricas</li> <li>. Substituição contínua de equipamentos de ar condicionado contendo gases depletos da camada de ozono</li> <li>. Cátedra em Biodiversidade (criada em 2015 juntamente com a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Universidade do Porto)</li> </ul>

**Fonte: Elaboração Própria**

## 4.2 - INTERAÇÃO/APOIO À COMUNIDADE

INTERAÇÃO/ APOIO À COMUNIDADE	
<b>ALTRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Caima - Apoio aos Bombeiros Voluntários de Constância</li> <li>. Celbi – participação, em parceria com outras instituições, na limpeza do areal da praia da Leirosa</li> <li>. Celtejo - Dia do Voluntariado</li> <li>. Celbi – Apoio ao Clube Recreativo da Praia da Leirosa</li> </ul>
<b>EDP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Apoio às artes plásticas, música e dança (Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia)</li> <li>. Programa EDP Solidária (organizações do Terceiro Setor em três eixos: Saúde, Inclusão Social e Educação)</li> <li>. Programa de Voluntariado</li> <li>. Iniciativas EDP Rural (Brasil) e <i>Closer2You</i> (Roménia, Polónia, Portugal e Brasil)</li> </ul>
<b>GALP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Projetos <i>Missão UP</i>, <i>Power UP</i> e <i>Switch UP</i> (para pais, professores e alunos portugueses, centrando-se na alteração de comportamentos relacionados com o desperdício e promovendo um consumo mais eficiente de energia)</li> <li>. “Terra de Esperança” (parceria com a ANEFA para reflorestar áreas atingidas pelos incêndios)</li> <li>. Protocolo com a instituição moçambicana Fundo Nacional de Energia para a instalação de sistemas solares fotovoltaicos em comunidades rurais do país</li> <li>. Projeto <i>Galp Voluntária</i></li> </ul>
<b>MARTIFER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Campanhas de dádiva de sangue e de inscrição de dadores de medula óssea (em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação de Coimbra)</li> <li>. Apoio às vítimas dos incêndios</li> <li>. Apoio (donativos) a diversas instituições em s áreas como a cultura, a solidariedade ou a educação</li> <li>. M Vantagens (protocolos de cooperação com entidades locais, no sentido de desenvolver e promover o comércio local)</li> </ul>
<b>MOTA-ENGIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Fundação Manuel António da Mota (iniciativas de natureza social nos domínios da beneficência e solidariedade social e de natureza cultural nos domínios da educação, saúde, ambiente, organização e apoio à atividade artística)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa “Uma obra, um projeto” (conjunto de iniciativas de carácter social em grandes empreendimentos onde o Grupo Mota-Engil se encontre envolvido)</li> <li>. Programa Mobilidade Integrada (apoio a cidadãos com deficiência e mobilidade condicionada)</li> <li>. Projeto <i>Habitat for Humanity International</i> (construção ou recuperação de habitações para famílias carenciadas)</li> </ul>
<b>REN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Prémio Agir (dedicado à inserção laboral de pessoas com deficiência)</li> <li>. 22ª edição do Prémio REN (a segurança no abastecimento, o aproveitamento de energias renováveis em edifícios inteligentes e a fiabilidade da microrrede de energia solar foram os temas vencedores)</li> <li>. Programa <i>Share</i> (programa de voluntariado)</li> <li>. Apoio a diversas instituições</li> </ul>

**Fonte: Elaboração Própria**



### 4.3 - BENEFÍCIOS A COLABORADORES

BENEFÍCIOS A COLABORADORES	
<b>ALTRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Seguro de saúde e fundo de pensões</li> <li>. Clube Celbi e Grupo Desportivo da Celtejo (atividades e iniciativas de carácter cultural, desportivo e recreativo para trabalhadores e famílias)</li> <li>. Jornadas Técnicas Celtejo (iniciativa que permite passar o conhecimento da atividade de uma área para as restantes, explicando o que se faz, porque se faz e os motivos pelos quais estas ações contribuem para o retorno financeiro da empresa)</li> <li>. “Voltar a estudar” (visa promover e facilitar o estudo para aquisição de conhecimento e melhoria do desempenho)</li> </ul>
<b>EDP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Benefícios comuns a praticamente todas as geografias (acesso a sistemas de proteção e cuidados de saúde complementares aos serviços públicos de saúde de cada país e planos complementares de reforma, seguros de acidentes pessoais e de vida)</li> <li>. Planos de benefícios flexíveis, adaptados de acordo com a legislação de cada país</li> <li>. Programa SWITCH (promove a mobilidade de colaboradores no seio do Grupo EDP)</li> <li>. <i>Employee Experience Journey Mapping</i> (processo centrado no colaborador EDP, com o propósito de superar os desafios da experiência do colaborador de forma inovadora e personalizada, através da oferta de novos produtos e serviços mais eficientes e eficazes.</li> </ul>
<b>GALP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Inquérito anual ao clima empresarial (em 2017, cerca de 60% dos colaboradores responderam ao inquérito e a maioria sente que a Galp proporciona o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e que o seu trabalho é reconhecido e recompensado)</li> <li>. Programas para o desenvolvimento do capital humano: <i>Generation Galp</i> (recrutamento), <i>Mapping Potential</i> (avaliação e formação), <i>FormAG Leaders for the Future</i>, <i>Developing Leaders</i> e <i>Maturing Leaders</i> (avaliação e formação);</li> <li>. Plano para a Igualdade para 2018 (igualdade de género)</li> <li>. Programa <i>Got It.</i> (promoção do reconhecimento, em particular, interpares)</li> </ul>
<b>MARTIFER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Loja do Colaborador (atendimento aos colaboradores do Grupo em Oliveira de Frades)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Vacinação (possibilidade de, anualmente, se vacinarem contra o vírus da gripe)</li> <li>. <i>Move Martifer Gym</i></li> <li>. Kit de nascimento</li> </ul>
<b>MOTA-ENGIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Bolsas de Estudo (estudantes do ensino superior, filhos de colaboradores do Grupo com menos recursos económicos e que tenham obtido bom aproveitamento escolar)</li> <li>. Programa de <i>Performance</i> Corporativo (apoio a gestão e desenvolvimento dos colaboradores)</li> <li>. Criação de um Comité para a Igualdade entre homens e mulheres</li> <li>. Mota- Engil México - apoio na conclusão com sucesso dos estudos, através do patrocínio de aulas particulares, disponibilização de material escolar e flexibilidade de horário de trabalho e de ensino a colaboradores dos escritórios centrais</li> </ul>
<b>REN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de benefícios flexíveis (planos de pensões, seguros de vida, despesas de saúde e bem-estar, seguro de baixa por doença, seguro de acidentes pessoais, seguro de vida para crédito habitação, seguro de saúde para o próprio e família, plano de eletricidade, despesas de educação e creches, passe social e campos de férias)</li> <li>. Programa Flex (permite uma escolha de benefícios adaptada a cada ciclo de vida do colaborador)</li> <li>. Programa Viva (acolhimento e integração aos novos colaboradores)</li> <li>. Programa NÓS (equilíbrio, igualdade e inclusão)</li> </ul>

**Fonte: Elaboração Própria**

#### 4.4 - FORMAÇÃO

FORMAÇÃO	
<b>ALTRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Altri <i>Leadership Academy</i> (modelo de formação alinhado, abrangente e continuado no tempo, capaz de abrir caminhos para o desenvolvimento de competências adequadas a todas as empresas do grupo, reforçando a cultura e os objetivos do grupo)</li> <li>. Formação de operadores (no decorrer de 2017, concluiu-se a primeira fase do terceiro curso de formação de Operadores de Processo-Caima)</li> <li>. Formação em segurança (sala de formação móvel, assente numa carrinha adaptada equipada com um sistema de vídeo e som)</li> <li>. Formação certificada (formação que permite a qualificação e o reconhecimento no mercado de trabalho das competências dos colaboradores abrangidos por estas ações).</li> </ul>
<b>EDP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Investimento de 308.320 euros em formação externa em entidades de ensino de referência (pós-graduações ou mestrados)</li> <li>. Curso "Eletricistas de Exploração da Rede" (visa dotar os colaboradores de competências técnicas e comunicacionais na fase de entrada para a EDP)</li> <li>. <i>Lead Now Program</i> (programa destinado a preparar novos líderes)</li> <li>. <i>Planear a Reforma</i> (serve a última fase do colaborador na EDP, preparando a transição da vida ativa para a reforma)</li> </ul>
<b>GALP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. <i>FormAG</i> (programa de formação avançada em gestão)</li> <li>. <i>Kaizen</i> (programa focado na atividade de retalho no negócio de R&amp;D com o objetivo de melhorar o desempenho operacional)</li> <li>. Mestrado em Engenharia do Petróleo (desenvolvido pelo Instituto de Petróleo e Gás em parceria com a Universidade Heriot-Watt, na Escócia)</li> <li>. Promoção da aprendizagem <i>on-the-job</i> (prática no contexto de trabalho e através de cursos formais)</li> </ul>
<b>MARTIFER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Projetos de formação no âmbito da Segurança no Trabalho</li> <li>. Integração de novos colaboradores (116 ações de sensibilização sobre Qualidade, Segurança e Ambiente, abrangendo 250 novos colaboradores)</li> <li>. Formação industrial (formações direcionadas para áreas técnicas, tais como soldadura, serralharia, pintura, manutenção, entre outras)</li> <li>. Projetos formativos na área das Tecnologias da Informação</li> </ul>
<b>MOTA-ENGIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Centro de Formação Profissional Manuel António da Mota (construção civil e engenharia civil, eletricidade e energia, secretariado e trabalho</li> </ul>

	<p>administrativo e enquadramento na Organização)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Apoio ao projeto “Arco Maior”, (promovido pela Universidade Católica do Porto e pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e envolvendo ainda em parceria o Ministério da Educação, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e várias outras entidades, visa a integração dos jovens em processo efetivo de abandono escolar)</li> <li>. Bolsas de Estudo (protocolo FMAM/Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)</li> <li>. Patrocínio do projeto Dança/Integração (Centro Cultural de Amarante - tem por objetivo favorecer, através da música e da dança, a inclusão de crianças e jovens em risco de exclusão e com elevados índices de abandono e insucesso escolares)</li> </ul>
<b>REN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Campus REN (desenvolvimento integral do capital humano)</li> <li>. Programa <i>Trainee REN</i> (estágios profissionais, académicos e de verão)</li> <li>. Ministradas cerca de 410 horas de formação no último trimestre de 2017 (em média, no final do ano, cerca de 26 horas de formação por colaborador)</li> <li>. Ações de formação e sensibilização em segurança a todos os seus empreiteiros e prestadores de serviços</li> </ul>

**Fonte: Elaboração Própria**

#### 4.5 - SEGURANÇA E SAÚDE

SEGURANÇA E SAÚDE	
<b>ALTRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Posto Médico, com Médico do Trabalho e serviço de enfermagem (a funcionar adequadamente, equipado com moderno equipamento de diagnóstico e tratamento e aberto também à comunidade)</li> <li>. Instalações próprias de segurança (disponibilidade de materiais e equipamentos para proteção individual e coletiva e para o acompanhamento da execução de trabalhos)</li> <li>. Disponibilidade de meios técnicos e humanos de atuação em emergências, designadamente em caso de acidentes individuais, incêndios e outras incidências de carácter industrial</li> <li>. Programa “Celtejo Saudável” (parceria entre a Celtejo e a Escola Superior de Saúde que incluiu a avaliação antropométrica de todos os colaboradores, a realização de intervenções individuais de conforto, na área de fisioterapia, e a realização de aulas de movimento dinamizadas por professores e alunos finalistas dos cursos da Escola de Saúde)</li> </ul>
<b>EDP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Sistema Corporativo de Gestão da Segurança (baseado na norma OHSAS 18001:2007 e na recomendação ILO-OSH 2001 da Organização Internacional do Trabalho)</li> <li>. Simulacros, que contaram com o envolvimento da proteção civil, bombeiros e autoridades de polícia e segurança pública e que abrangeram diversas instalações industriais, administrativas e obras em curso</li> <li>. Programas de vigilância da saúde (plano de exames médicos, visita aos locais de trabalho, participação em comissões e ainda implementação de campanhas de carácter preventivo)</li> <li>. Sistema Integrado de Gestão do Ambiente e da Segurança (SIGAS), que em 2018 será alargado de modo a incluir a gestão do ambiente e da segurança das atividades realizadas na EDPSC</li> </ul>
<b>GALP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Saúde ocupacional (vigilância médica de todos os colaboradores e prevenção de novos riscos profissionais que surgem na sequência de novos processos de produção e também das condições de trabalho em novas geografias)</li> <li>. Minimização do impacto do envelhecimento da população, dos estilos de vida mais sedentários e dos elevados níveis de <i>stress</i>, ou de outro fator específico das áreas geográficas onde opera como, por exemplo, epidemias, doenças contagiosas e comportamentos de risco</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Sistema de gestão de Ambiente, Qualidade, Segurança e Energia (auditorias internas e externas)</li> <li>. Alargamento das práticas à cadeia de fornecimento, estabelecendo políticas e compromissos com os fornecedores, reforçando parcerias para atingir o nível da proteção das pessoas, ambiente e ativos</li> </ul>
<b>MARTIFER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Rastreios visuais “Como vai a tua visão?”</li> <li>. Gabinete de Enfermagem (serviço de enfermagem e análises clínicas) e Gabinete Médico (extensão do Centro de Saúde: consultas de medicina curativa, consulta do viajante)</li> <li>. Sessões de sensibilização denominadas “1/4h de segurança” (ações em que se fala de segurança todos os dias)</li> <li>. Prestação de primeiros socorros em casos de emergência (projetos para colaboradores devidamente preparados para o efeito)</li> </ul>
<b>MOTA-ENGIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Formação inicial em segurança no trabalho (fase de acolhimento e integração de novos colaboradores)</li> <li>. Formação em <i>standards</i> de gestão da segurança das equipas e implementação de medidas de autoproteção</li> <li>. Manutenção de apólices de seguro de acidentes de trabalho</li> <li>. Realização de exames de saúde</li> </ul>
<b>REN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho certificado por uma entidade acreditada</li> <li>. Sinistralidade (a meta estabelecida para o índice de gravidade -menor ou igual a 280 dias perdidos por milhão de horas trabalhadas - foi atingida)</li> <li>. Medicina do trabalho (realização de exames e análises clínicas complementares)</li> <li>. Plano de saúde individual (abrangendo todos os colaboradores e extensível ao seu agregado familiar)</li> </ul>

**Fonte: Elaboração Própria**

#### 4.6 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

I & D	
<b>ALTRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Celbi - projeto NGENPULP (financiado pelo Portugal 2020, teve como objetivo o estudo de novos aditivos e processos para criação de pasta de nova geração)</li> <li>. Celtejo - projetos Polypulp e Thermocel (em cooperação com universidades portuguesas e financiados ao abrigo do P2020, visando, respetivamente, a produção de pasta para papel de alto valor acrescentado por incorporação de materiais poliméricos e a criação de um material compósito de poliésteres biodegradáveis e celulose, com aplicações na área de embalagem)</li> <li>. Caima - produção de pasta solúvel para aplicação na indústria química, tornando a unidade industrial única</li> <li>. Altri Florestal - investimento na área de “gestão de povoamentos e nutrição”, em colaboração com diversas instituições de investigação, no sentido de melhorar a sustentabilidade das plantações de eucalipto, tendo resultado deste investimento projetos sobre técnicas de silvicultura, estudo de pragas e doenças e ajustamento de modelos de produção</li> </ul>
<b>EDP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Fotovoltaico Flutuante -: projeto pioneiro em Portugal de central solar fotovoltaica flutuante, instalada na albufeira do rio Rabagão</li> <li>. DOMINOES - projeto comunitário no âmbito do H2020 com vista à criação de uma plataforma para serviços de <i>demand response</i> na rede de distribuição através da utilização de mercados locais de energia</li> <li>. Geração Distribuída com Armazenamento - projeto realizado em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que visa a utilização da geração distribuída urbana com sistemas solares fotovoltaicos descentralizados e armazenamento de curto prazo</li> <li>. STOCARE - projeto-piloto, na Roménia, de demonstração com o objetivo de definir um sistema de armazenamento com bateria ligado à rede, incorporado num parque eólico</li> </ul>
<b>GALP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química (EngIQ) (em parceria com universidades portuguesas)</li> <li>. <i>Reliability Centered Maintenance</i> (RCM) ( gestão do ciclo de vida dos equipamentos, permitindo aumentar a previsibilidade e disponibilidade das unidades)</li> <li>. Desenvolvimento de um sistema de computação cognitiva aplicado à</li> </ul>

	<p>interpretação sísmica, em parceria com uma entidade internacional de referência</p> <p>. Aposta estratégica: aumentar o investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico de forma a atingir mais de €100 m de 2017 a 2020</p>
<b>MARTIFER</b>	
<b>MOTA-ENGIL</b>	<p>. Cátedra UNESCO em “Geoparques, Desenvolvimento Regional Sustentado e Estilos de Vida Saudáveis” (sediada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, funciona em cooperação com as Universidades Agostinho Neto de Angola, Nacional de Tucumán da Argentina, Regional do Cariri e Federal de Pernambuco do Brasil, Atacama do Chile, Complutense de Madrid, San Luís de Potosi do México e Eduardo Mondlane de Moçambique)</p>
<b>REN</b>	<p>. Centro de Investigação em Energia REN- State Grid,S.A. (R&amp;D NESTER) - investimento na geração de conhecimento e em áreas de investigação aplicada específicas (promoção da energia limpa)</p> <p>. Projetos concluídos com avanços significativos alcançados e aplicabilidade de resultados (nova ferramenta para previsão de produção de energia solar fotovoltaica e criação de um laboratório para simulação de sistemas elétricos de energia em tempo real)</p> <p>. Novos projetos aprovados no âmbito do programa europeu Horizonte 2020, resultado de candidaturas bem sucedidas por parte da REN e do R&amp;D NESTER (atualmente estas duas entidades fazem parte do consórcio de dois projetos europeus cujas atividades tiveram início em dezembro de 2017);.</p> <p>. Investimento significativo em I&amp;D (para o período 2014-2016 elevou-se a aproximadamente 2 milhões de euros, em atividades internas e externas, e. no contexto do R&amp;D NESTER, os investimentos para o mesmo período foram superiores a 4 milhões de euros)</p>

**Fonte: Elaboração Própria**